

Condenado por corrupção debocha da Justiça

PT quer revogar Lei da Ficha Limpa para Lula se candidatar

HORA DO POVO
ANO XXVIII - Nº 3.642 20 e 21 de Junho de 2018



Deixou cartel do bilhão assaltar a Petrobrás em troca de propina

Lula e seus advogados pretendem entrar na Justiça contra a Lei da Ficha Limpa, para que ele possa concorrer nas próximas eleições. Lula está preso, condenado a 12 anos e um mês por roubar dinheiro do povo. A Lei da Ficha Limpa, cuja função é afastar corruptos e outros cri-

minosos das eleições, proíbe que ele se candidate. Porém, Lula, que, quando presidente, assinou a Lei da Ficha Limpa sem nenhum veto, depois que ela foi aprovada por unanimidade pelo Congresso, quer afastar a Lei da Ficha Limpa para que os corruptos – sobretudo ele – não sejam afastados das eleições. **P.3**



Marcelo Camargo - ABr



Dodge pede a STF prazo maior para PF apurar propina pedida por Temer

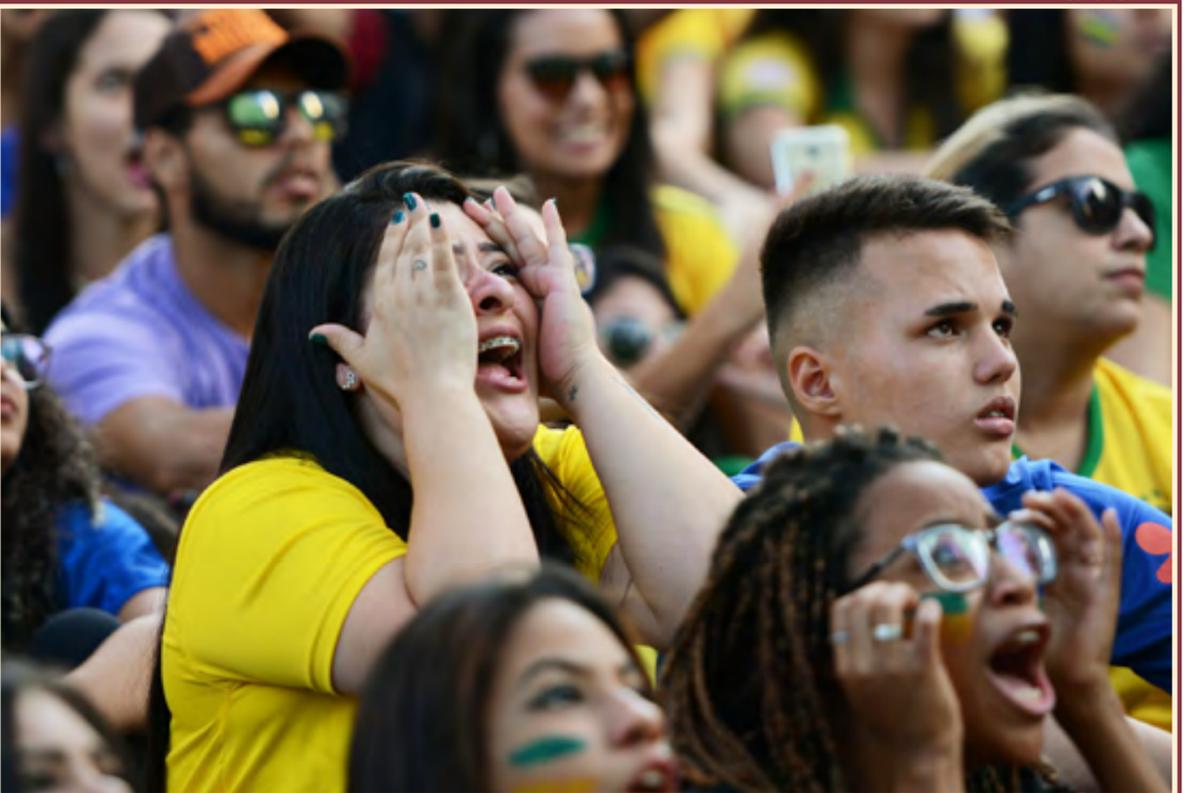
A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, concordou com o pedido da PF de ouvir mais 6 testemunhas no inquérito que investiga Temer e os ministros Padilha e Moreira, investigados por terem recebido R\$ 10 milhões em propina da Odebrecht na campanha de 2014. **Pág. 3**

Deputado de aluguel faz projeto para Brasil perder 70% de área do pré-sal

Para o consultor legislativo da Câmara dos Deputados Paulo César Ribeiro Lima, o projeto de lei do deputado Aleluia “é uma afronta ao art. 4º da Lei nº 12.276/2010 e ao próprio Contrato de Cessão Onerosa, que estabelecem inequivocamente que apenas a Petrobrás será a cessionária, por se tratar de uma operação entre a União e a Petrobrás, que é uma empresa fundamental para o desenvolvimento do país”. O projeto modifica a lei, segundo a qual a União cedeu à Petrobrás 5 bilhões de barris do pré-sal, e visa transferir 70% dessas áreas que pertencem à estatal para as múltis. **Pág. 2**

Polícia recolhe 5 pendrives da cela de Dirceu e Luiz Estevão

A Polícia Civil do Distrito Federal realizou uma operação na cela que o ex-senador Luiz Estevão (PRTB) divide com o ex-ministro José Dirceu (PT). Foram encontrados cinco pendrives, itens proibidos na cadeia da Papuda. O ex-senador ainda teria tentado jogar os pendrives pela privada, porém a polícia conseguiu recuperar o dispositivo e vai periciá-lo. **Página 4**



Seleção treina firme em Sochi para pegar Costa Rica na sexta

A CBF entrou com uma reclamação junto à Fifa para saber porque não foi acionado o VAR (sistema de árbitro de vídeo) no lance que prejudicou o Brasil no jogo contra a Suíça, o empurrão do meia Zuber em Miranda. A Seleção voltou a treinar nesta segunda-feira, em Sochi. Na quarta, a delegação já embarca para São Petesburgo, palco da partida contra a Costa Rica, na próxima sexta, pela segunda rodada do Grupo E. **Página 5**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira



Preço extorsivo do gás provocou surto de queimados em PE

“No início de junho eu tive 90% dos pacientes adultos queimados por combustíveis”, alertou o chefe do Departamento de Queimados do Hospital de Restauração do Recife, doutor Marcos Ribeiro. O uso de álcool para cozinhar cresceu junto com o preço do gás. **P. 5**

Funcionário da OAS afirma a Moro que foi convocado para fazer reforma no sítio de Lula

Em depoimento ao juiz Moro na segunda-feira, o encarregado de obras da OAS Misael de Jesus Oliveira afirmou que foi convocado por seu gerente para fazer uma reforma no sítio de Lula, em Atibaia (SP). Misael também disse que a orientação desde o início era de total sigilo sobre a obra porque ninguém poderia ficar sabendo. **Pág. 3**

Caminhoneiros: “Sem acordo, voltaremos à greve”

Serviços acumulam queda de 1,4% em doze meses, diz IBGE

O setor de serviços acumula uma queda de -1,4% nos últimos doze meses, segundo Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgados na quinta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

É a queda mais intensa desde agosto de 2015, diz o IBGE.

A variação de apenas 1% em abril em relação a março, comemorado pelo governo e por setores da mídia, não reverteu a variação negativa acumulada no ano, que está em -0,6%, já que o setor apresentou durante os meses anteriores a abril quedas sucessivas: janeiro -1,8%; fevereiro 0,0%; março -0,2%. Depois de fechar o ano de 2017 com queda de -2,8%.

Segundo o IBGE, o setor de serviços está 11,8% abaixo do ponto mais alto da série histórica, registrado em novembro de 2014.

Com o arrocho na renda e o desemprego crescente, os serviços prestados às famílias acumulam queda de -1,6% de janeiro a abril deste ano. O segmento de Serviços de informação e comunicação, a queda é de -3,2% e Serviços profissionais, administrativos e complementares, o recuo é de menos -1,2%.

Os dados pesquisados pelo IBGE antecederam a greve dos caminhoneiros. Nos últimos dias, Temer e seus bajuladores acusam os caminhoneiros de uma possível piora na economia nos próximos meses. Já que eles afirmam que o país saiu da recessão econômica. Entretanto, o que o povo brasileiro tem sentido é que a economia do país está afundada num atoleiro e sem perspectiva de sair dele. Segundo pesquisa do Datafolha, divulgada no início deste mês, 7 de cada 10 brasileiros avaliam que a situação econômica do país se deteriorou nos últimos meses.

Para especialista, 'entregar cessão onerosa é uma afronta ao Brasil'



P-74 iniciou produção do campo de Búzios (Bacia de Santos) na cessão onerosa

Brasil deixou de arrecadar 354,7 bi com as benesses fiscais em 2017

A renúncia fiscal do governo central em 2017 foi de R\$ 354,7 bilhões, segundo o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as contas do governo Temer. O valor corresponde a 5,4% do PIB, que é a soma das riquezas produzidas no país no período e de 30,7% da receita primária, ou seja, o total de dinheiro arrecadado pela União, com a cobrança de impostos de sua competência.

A renúncia fiscal, seja pela isenção, seja pelas desonerações, a pretexto de incentivar investimentos e gerar empregos, foi uma política de governo praticada a partir do se-

gundo governo Lula e exacerbada no governo Dilma. Essa política não gerou investimentos e menos ainda empregos, apenas aumentou as margens de lucros das multinacionais beneficiadas e, consequentemente, as remessas de lucros.

Em 2013, por exemplo, 56 setores da economia tiveram diminuição permanente da carga tributária.

A redução ou isenção do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para automóveis e eletrodomésticos, além da mudança da cobrança previdenciária das empresas – que deixou de ser sobre a folha de

pagamentos e passou a ser sobre o faturamento fez cair a arrecadação. Apenas a desoneração da folha de pagamentos teve um impacto fiscal de R\$ 16 bilhões de reais naquele ano.

Temer continua na mesma senda, mantendo 28 setores de um total de 56 beneficiados pela política de privilégio fiscal instituída por Dilma Rousseff. Além dos sucessivos Refis, como o perdão e descontos nas multas e nos juros para empresas devedoras da Previdência Social, aprovados pelo Congresso e que serviram de moeda de troca para barrar as denúncias e investigações contra ele.

Receita vê omissão de bancos nos crimes da Lava Jato

Uma equipe especial da Receita Federal encontrou indícios que responsabilizam bancos e instituições financeiras em crimes apurados pela Operação Lava-Jato. Segundo relatório do Fisco sobre a atuação na operação, foram identificados omissões por parte dos bancos e financeiras em contratos de câmbio utilizados para lavagem e envio de dinheiro desviado para o exterior, incluindo a não comunicação a órgãos competentes sobre operações suspeitas – conforme obrigado por lei.

As operações, companhias e as pessoas envolvidas não foram divulgadas, mas, segundo reportagem

do Estadão, um dos casos está relacionado a empresas de fachada utilizadas por Alberto Youssef e Leonardo Meirelles para fazer contratos de importação e exportação falsos para lavar dinheiro desviado e enviá-lo para paraísos fiscais. Essas empresas teriam movimentado cerca de US\$ 200 milhões em contratos de câmbio fraudulentos por meio do Bradesco, Citibank, Sofisa e Rendimento.

Esses bancos permitiam a celebração de contratos de câmbio com firmas sem habilitação, sem a coleta da assinatura do representante da empresa, sem comprovação da origem dos recursos mo-

vimentados e sem a solicitação de identificação dos beneficiários das remessas. Por fim, também não eram comunicados ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) as suspeitas de remessas fraudulentas e em alguns casos, só havia comunicação após a publicação na imprensa da prisão dos envolvidos.

Um dos indícios da omissão dos bancos foi a sanção por Michel Temer da lei que garante que o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) firmem acordos de leniência com empresas e pessoas físicas em troca de colaboração com investigações em curso.

Sabotagem do PT à Petrobrás leva à desnacionalização da Braskem

A Odebrecht assinou no final da semana passada um acordo de exclusividade com o monopólio holandês LyondellBasell para venda de 50,1% das ações da empresa petroquímica Braskem. As negociações para a desnacionalização da maior empresa petroquímica da América Latina avançaram três semanas após a Odebrecht, envolvida no esquema de propina descoberto pela Lava-Jato, ter oferecido aos bancos as suas ações na Braskem como garantia de empréstimos no valor de R\$ 12 bilhões.

A Petrobrás é hoje sócia da Odebrecht na Braskem, detendo 47% das ações com direito a voto. Com o sucateamento do setor petroquímico estatal nos anos de FHC, a solução encontrada pelo PT para ajudar a Odebrecht foi associar o patrimônio público ao cartel, submetendo a estatal a um verdadeiro assalto aos seus cofres, patrocinado pela construtora. Depois se viu que a "ajuda" do governo petista à Odebrecht não era por acaso. A emprei-

teira conseguia golpear a Petrobrás, rebaixando o preço da nafta e superfaturando obras em troca de propina que abastecia os governos do PT e de seus aliados, o PMDB e o PP.

A operação Lava Jato desmascarou o esquema comandado pelo então diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa. Através de contratos para o fornecimento de nafta sufaturada à Braskem, houve um prejuízo de R\$ 6 bilhões para a Petrobrás. Datado de 2009, o contrato previa o fornecimento da matéria-prima necessária para a produção de gasolina e insumos plásticos a um preço equivalente a 92,5% do valor de referência internacional.

Na época a Petrobrás - já sabotada em sua capacidade de operação no setor de refino - não conseguiu produzir as 7 milhões de toneladas de nafta previstas no contrato e foi obrigada a importar o derivado a preços de 100% ou mais em relação à referência internacional para continuar subsidiando a nafta à

Braskem da Odebrecht.

Paulo Roberto Costa confessou ter recebido R\$ 5 milhões para a manutenção do fornecimento de nafta a preços que deram prejuízo a Petrobrás.

A intenção da atual direção da Petrobrás, conforme anunciado publicamente mais de uma vez, é de também vender sua parte na Braskem como parte da política de desinvestimento na companhia, iniciado durante o governo Dilma e acelerado na gestão Temer/Pedro Parente.

Na mão dos holandeses, a Braskem - que hoje é sexta maior petroquímica do mundo e líder em diversos segmentos - se tornará parte de um oligopólio multinacional, presente em mais de 100 países. A Odebrecht vê a venda das suas ações à LyondellBasell como uma oportunidade de se manter no setor, trocando sua participação na Braskem por ações na Lyondell para se beneficiar dos dividendos e quem sabe se refazer no ramo da construção.

Paulo César Ribeiro Lima denuncia projeto do deputado Aleluia que visa transferir 70% de 5 bilhões de barris da Petrobrás no pré-sal para múltis

Não bastasse a política de "desinvestimento" da Petrobrás adotada na gestão Dilma/Foster, continuada com o hoje presidente Aldemir Bendine e exacerbada com Temer/Parente, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou no último dia 13, por 281 votos a 109, o regime de urgência para o Projeto de Lei 8939/17, do notório deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), que permite à estatal vender até 70% dos campos do pré-sal concedidos à empresa por meio do regime de cessão onerosa.

O PL de Aleluia modifica a Lei 12.276/10, segundo a qual a União cedeu onerosamente à Petrobrás 5 bilhões de barris de óleo equivalente (boe) nos campos de Florim, Franco (atual Búzios), Sul de Guará, Entorno de Iara, Sul de Tupi e Nordeste de Tupi, na Bacia de Santos (SP), pelo valor de R\$ 74,8 bilhões (US\$ 42,5 bilhões).

"Essa proposição é uma afronta ao art. 4º da própria Lei nº 12.276/2010 e ao próprio Contrato de Cessão Onerosa, que estabelecem inequivocamente que apenas a Petrobrás será a cessionária", afirma o consultor legislativo da Câmara dos Deputados Paulo César Ribeiro Lima.

Segundo o consultor, "essa cessão dita onerosa somente ocorreu por se tratar de uma operação entre a União e a Petrobrás, que é uma empresa fundamental para o desenvolvimento do país, que viabilizou a descoberta do próprio pré-sal, que precisava ser capitalizada e na qual a União tem o controle do capital votante e quase metade do capital social".

Lima observou que a Petrobrás priorizou os investimentos nas áreas da cessão onerosa em razão da excelente qualidade dessas áreas e do fato de não haver pagamento de participação especial. "Em razão de não haver o pagamento de participação especial, a produção sob o regime de cessão onerosa deverá proporcionar um grande aumento na geração de caixa da Petrobrás", disse.

Nas contas de Lima, o custo total de produção da Petrobrás nas áreas da cessão onerosa será de cerca de US\$ 20 por barril: "Assim, cada barril produzido deverá gerar uma receita líquida de US\$ 43, que multiplicado por cinco bilhões de barris totaliza uma receita total líquida de US\$ 215 bilhões, sem atualização a valor presente. Utilizando-se uma taxa de câmbio de 3,7 reais por dólar, a receita líquida das áreas da cessão onerosa (5 bilhões de barris de petróleo), sem atualização a valor presente, já subtraídos todos os custos, será de R\$ 795,5 bilhões". Isto é, um valor muito maior que os R\$ 74,8 bilhões pagos pela Petrobrás.

Os números demonstram o crime que o governo quer perpetrar com o chamado megaleilão do excedente da cessão onerosa, estimado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) entre 6 bilhões e 15 bilhões de barris.

"Na produção dos cinco bilhões da cessão onerosa foi estimada uma receita líquida total de R\$ 795 bilhões e um valor pre-



Consultor Paulo César

sente líquido de R\$ 173,3 bilhões. No caso dos excedentes da cessão onerosa, a receita líquida total e o valor presente líquido podem ser até três vezes maiores. Desse modo a receita líquida total pode atingir R\$ 2,3 trilhões e o valor presente líquido dos excedentes da cessão onerosa pode chegar a cerca de R\$ 500 bilhões, valor muito maior que o bônus de assinatura, cuja previsão é de R\$ 100 bilhões", alerta o consultor.

O presidente da Petrobrás, Ivan Monteiro, esteve na Câmara dos Deputados, quando da votação do regime de urgência ao PL de Aleluia. Questionado por jornalistas se o projeto vai acelerar as negociações entre União e a Petrobrás em torno da revisão do contrato de Cessão Onerosa, ele respondeu: "Nossa perspectiva é que a gente tenha uma evolução positiva nas discussões com o governo federal (...). Vai ajudar bastante sim, porque vai criar um ambiente mais estável, e é isso que o investidor estrangeiro quer, e o brasileiro também".

"A essência da cessão onerosa de a União gerar benefício para a Petrobrás seria afrontada, caso a estatal, agora, se aproveitasse de tão vantajoso regime para vender parcialmente a titularidade das áreas", frisou Lima.

"Como grande parte das unidades de produção da cessão onerosa já estão contratadas e construídas, elas poderão entrar em operação no curto prazo, produzindo petróleo com altíssima rentabilidade. Conclui-se, então que é desprovida de qualquer lógica a Petrobrás transferir a titularidade dessas áreas, como proposto pelo Projeto de Lei nº 8.939, de 2017", acrescentou o consultor.

Para o consultor, o projeto de Aleluia representa uma quebra do Contrato de Cessão Onerosa e não apresenta nenhum mérito e "é, na verdade, uma afronta ao interesse público, uma vez que tem como consequência, entre inúmeras outras, isentar as empresas multinacionais do pagamento de participação especial".

O PL de Aleluia é mais um movimento para entregar o pré-sal para o cartel internacional do petróleo.

O documento do engenheiro Paulo César Ribeiro Lima "Análise da cessão onerosa e do Projeto de Lei nº 8.939, de 2017" pode ser conhecido na íntegra no site da Hora do Povo (<http://horadopovo.org.br/deputado-de-aluguel-faz-projeto-para-brasil-perder-70-de-area-do-pre-sal/>).

VALDO ALBUQUERQUE

Para Fiesp, "perspectiva para o final do ano é de emprego negativo"

A indústria paulista fechou o mês de maio com menos 3.500 postos de trabalho, um recuo de -0,16% frente a abril na série sem ajuste sazonal, segundo levantamento do nível de emprego em São Paulo, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Na série com ajuste sazonal, isto é, com os efeitos típicos para o período do ano, o resultado para o mês de maio também ficou negativo, -0,27%. Para o presidente, em exercício da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho, diante deste cenário, a perspectiva para a indústria paulista é de fechamento negativo para ano no quadro de emprego.

"Estamos diante de um cenário político e econômico de

incertezas. Temos problemas no câmbio, as empresas têm dificuldade de acesso ao capital de giro, e a taxa de crescimento do PIB será menor, o que reflete no emprego. É preocupante. O ano de 2017 foi ruim e tínhamos a perspectiva de um 2018 ótimo, o que não está acontecendo. Diante deste cenário, nossa perspectiva para o fechamento do ano é de emprego negativo", avalia Roriz.

Entre os 22 setores acompanhados pela pesquisa, oito ficaram negativos, seis ficaram estáveis e oito, positivos.

No campo negativo ficaram os segmentos: couro e calçados (-1.728), informática, produtos eletrônicos e ópticos (-1.279) e confecção de artigos de vestuário e acessórios (-1.234).

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J. 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Candidato a presidente pelo Podemos Álvaro Dias denuncia que 'minorias assalta o poder e explora o país'

O senador Álvaro Dias (PR), candidato a presidente da República pelo partido Podemos, defendeu o fim de privilégios para autoridades – como a extinção total do foro privilegiado – e criticou a forma como Temer dirige o país nas questões fiscais. As declarações foram dadas durante o 9º Conexão Empresarial, em Tiradentes, na região Central do Estado, na manhã de sexta-feira (15).

Para o ex-governador do Paraná, há uma ligação entre Tiradentes, líder da Inconfidência Mineira, e o momento atual do país por conta da corrupção e dos altos impostos que estão sendo cobrados hoje. “Isso é um exemplo do que ocorria quando Coroa Portuguesa exorbitava na cobrança e obrigou Tiradentes a liderar aquele movimento de revolta. Hoje, estamos vivendo o mesmo cenário: corrupção e exploração”, disse ele em referência ao “quinto do ouro”, um imposto que a Coroa cobrava dos mineradores e correspondia a 20% do total do ouro extraído.

O senador avaliou o quadro econômico do Brasil como dramático, porque “uma minoria assalta o poder e explora o esforço coletivo de trabalhadores e empresários para preservar seus privilégios”. Para ele, a mudança desse quadro passa pela refundação da República, sua principal bandeira, e diz que isso só é possível com uma mudança no “andar de cima”. Leia mais em www.horadopovo.org.br

'Material apreendido pela PF dá para mais 4 ou 5 anos de operações', diz Daiello

O ex-diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello Coimbra, afirmou que o material apreendido durante os seis anos e 10 meses em que chefiou a instituição seriam suficientes para mais “quatro ou cinco anos” de grandes operações.

“Esse negócio não vai parar. O que tinha de papel e dados digitais na polícia quando eu saí era suficiente para quatro ou cinco anos de operações. Não tem outro jeito. Você vai na empresa e acha uma sala inteira com papéis, aí começa a cruzar e vem a operação”, disse em entrevista ao jornal “O Estado de S. Paulo”.

Daiello, que se aposentou em novembro passado, disse que o foco das investigações da PF sempre focou no dinheiro. “Quem usou a lavanderia vai aparecer. Porque o dinheiro não é o tradicional que vendia dólar no paralelo, a cotação até saía no jornal. O dinheiro hoje é uma lavanderia. Você paga para receber o dinheiro limpo. Se você mexer no sistema bancário ou financeiro, começa a disparar alar-

mes”, comentou.

Sobre os setores que acusam a polícia de cometer arbitrariedades na Operação Lava Jato, o delegado aposentado destacou que a instituição age com isenção, mesmo que tenha “suas tendências e preferências pessoais”.

“O que torna a polícia isenta é o fato de ser legalista. Não há outro caminho. Não tem que interpretar lei. Se o Congresso mudar a lei e disser, por exemplo, que a maconha não é mais crime, ela deve sair do radar da polícia. Tudo tem manual, tudo tem regras. Segui-las obriga os integrantes de qualquer instituição a agir com isenção”, afirmou.

O ex-diretor da PF avaliou ainda que o Brasil “não fez o dever para atacar as causas (da corrupção), que seria a reforma política”. “Se não tiver a reforma política, a máquina vai continuar gerando (corrupção). Da maneira que a política é jogada hoje, não sobrevive, não. A fábrica de corrupção está aberta. A doação eleitoral não é ideológica, é estratégica”, completou.

Funcionário da OAS confirma que obra no sítio era para Lula

Em depoimento ao juiz Sérgio Moro, na tarde da segunda-feira (18), o funcionário da empreiteira OAS, encarregado de obras Misael de Jesus Oliveira afirmou que foi convocado por seu gerente para fazer uma reforma no sítio de Atibaia (SP), de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ele disse que a esposa de Lula, Dona Marisa Leticia (morta em fevereiro de 2017), fez alguns pedidos diretamente a ele, enquanto o Lula apenas passava recados. Segundo Misael, entre os pedidos estavam uma poda nas árvores, uma reforma no lago e a construção de uma capela.

Misael, que prestou depoimento como testemunha de defesa de Léo Pinheiro, ex-presidente da empreiteira, também disse que a orientação desde o início era de total sigilo sobre a obra porque ninguém poderia ficar sabendo, dentro

ou fora da empresa. A OAS também proibiu a utilização de uniformes da empreiteira.

O funcionário também afirmou que foi comunicado que o serviço era para Lula.

O sítio de Atibaia, segundo denúncia do Ministério Público Federal (MPF), pertence a Lula, embora esteja em nome de Jonas Suassuna e Fernando Bittar, que seriam os laranjas. Em troca de contratos na Petrobrás e abatimentos de créditos com o PT, a OAS fez benfeitorias no sítio no valor de R\$ 1,02 milhão juntamente com a Odebrecht.

Durante o depoimento, o juiz Sérgio Moro indeferiu uma pergunta da defesa de Lula e discutiram durante a audiência. “Mas uma vez o doutor está sendo hostil à testemunha. Sempre acontece quando tem uma testemunha contrária à tese da defesa”, disse Moro para o advogado de Lula, Cristiano Zanin.

Com Lula inelegível, PT agora quer mudar a Lei



Lula foi condenado por corrupção na segunda instância a 12 anos

Corruptos festejam fim da 'condução coercitiva'

A euforia lulista com o relatório de Gilmar Mendes e com a decisão, tomada pela maioria do Supremo Tribunal Federal (STF), de considerar inconstitucional a “condução coercitiva” – ou seja, a possibilidade de um juiz de Direito autorizar a polícia a conduzir um investigado, que resiste a depor, para testemunhar – é algo meio bobo.

Pois nada pode, no momento, deixar tão claro o caráter da cúpula e dos porta-vozes lulistas, quando sua alegria com essa decisão. Sobretudo, quando está servindo de claque para o notório ministro Gilmar Mendes.

O relatório deste último foi, aliás, centrado em atacar a Operação Lava

Jato. Por exemplo: “[as conduções coercitivas] são o novo capítulo da espetacularização das investigações. O investigado conduzido coercitivamente é claramente tratado como culpado e o número de conduções realizadas no âmbito da Operação Lava Jato já supera a quantidade de prisões – preventivas, temporárias e em flagrante – decorrentes da investigação”.

O grande problema das conduções coercitivas, portanto, são que elas expõem investigações que o ilustre relator preferia que não viessem à tona. Por isso ele fala em “espetacularização”.

A Operação Lava Jato, por falar nisso, não investiga propinas passadas

para o guarda da esquina. Investiga um roubo de R\$ 42 bilhões somente na Petrobrás – e um roubo que avacalhou com o que havia de democracia no país, em especial em seu sistema eleitoral.

Não são as investigações, portanto, que são “espetacularizadas”. São os crimes investigados que são espetaculares, infelizmente para o país.

O resultado do julgamento já estava consumado desde quarta-feira, quando a ministra Rosa Weber votou com o relator. Na quinta, também o ministro Celso de Mello votou com os inimigos da Operação Lava Jato – Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski. Leia mais www.horadopovo.org.br

Procuradora pede mais tempo para investigar os R\$ 10 milhões da Odebrecht para Temer

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, concordou com o pedido da PF (Polícia Federal) de ouvir mais 6 testemunhas no inquérito que investiga Temer e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Minas e Energia). Ela pediu uma prorrogação de mais 60 dias no inquérito. A decisão de conceder mais tempo e para a investigação e autorizar os novos depoimentos cabe ao ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal).

A PF pediu mais tempo e apontou a necessidade de novos depoimentos de: Fernando Migliaccio, ex-chefe do Setor de Operações Estruturadas,

conhecido como o “departamento de propinas” da Odebrecht; Marcelo Odebrecht, ex-presidente da construtora; Ibanez Filter, empresário próximo a Padilha; Vinícius Claret, operador financeiro; Cláudio Barbosa, operador financeiro; Duda Mendonça, marqueteiro. Outra pendência apontada pela PF, foi a entrega dos aparelhos celulares utilizados na época em que os fatos foram investigados por Cláudio Melo Filho e José de Carvalho Filho.

Temer, Padilha e Moreira são investigados por terem recebido R\$ 10 milhões em propina da Odebrecht para o partido na campanha de 2014. O inquérito originou-se de depoimentos de ex-executivos da em-

preiteira. Segundo as colaborações, o acordo foi firmado durante reunião no Palácio do Jaburu, em 2014, quando Temer era vice-presidente.

O ex-executivo Cláudio Melo Filho diz nos termos de confidencialidade que, em maio de 2014, quando Temer ocupava a Vice-Presidência da República, compareceu a um jantar no Palácio do Jaburu, com a participação do atual presidente, do dono da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, e de Eliseu Padilha. Na reunião, afirma Melo Filho, Michel Temer solicitou “direta e pessoalmente” a Marcelo Odebrecht apoio financeiro para as campanhas do PMDB em 2014. Leia mais em www.horadopovo.org.br



Para Goulart, decreto de Temer que muda o Código de Mineração é entreguista

João Goulart Filho: “desastres como o provocado pela Hydro têm que sofrer punições rigorosas”

O ex-deputado João Goulart Filho, pré-candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre (PPL), afirmou, em entrevista ao HP, na segunda-feira (18), que as riquezas minerais brasileiras não podem continuar sendo exploradas de forma predatória como vem ocorrendo atualmente. “Nossos minérios estão sendo mandados para o exterior sem qualquer controle, com as empresas exploradoras provocando desastres ambientais gigantescos e sem que o país e a população se beneficiem dessas riquezas que pertencem à toda a nação”, advertiu.

Na opinião de João Goulart, “desastres como o de Mariana, interior de Minas Gerais, provocado pela Samarco,

e o transbordamento de lixo tóxico, da multinacional Hydro, no Pará, têm que sofrer punições rigorosas”.

“Minérios estratégicos como o nióbio, o alumínio, o ferro, e bens como o nosso petróleo, não podem ser explorados quase exclusivamente por grupos privados estrangeiros, que fazem a extração e levam os minérios pagando royalties minúsculos e praticamente sem pagar impostos”, observou o pré-candidato do PPL.

“Agora mesmo este governo acaba de assinar o Decreto 9.406/2018 para, segundo o Planalto, ‘atualizar’ o Código de Mineração, de 1967. Mas, na verdade o que Michel Temer está fazendo com esta decisão é entregar a grupos

estrangeiros diversas reservas minerais, entre elas a RENCA (Reserva Nacional de Cobre e Associados), reduzir multas e promover a quebra do monopólio da exploração do urânio no país”, denunciou o presidente. Para o filho de Jango, “o Brasil deveria proteger seus minérios estratégicos e utilizar a renda obtida com eles em favor de toda a população”.

João Goulart Filho estará nesta quarta e quinta-feira, 20 e 21 de junho, em Belém do Pará para cumprir agenda política no estado. Ele visita também a cidade de Santarém, onde se reúne com pré-candidatos ao governo do estado, à Câmara Federal, ao Senado e à Assembleia Legislativa do Pará.

Pela Ficha Limpa, ele não pode concorrer

A notícia de que os advogados de Lula irão entrar na Justiça contra a Lei da Ficha Limpa, para que seu cliente concorra às eleições presidenciais, tem um profundo significado, sobretudo o de confessar, em público, que ele se julga, realmente, acima da lei.

A Lei da Ficha Limpa foi aprovada para afastar corruptos e outros criminosos das eleições.

Mas Lula quer afastar a Lei da Ficha Limpa das eleições. Obviamente para que os corruptos – portanto, ele – não possam ser afastados das eleições.

Até mesmo descobriram que a Lei da Ficha Limpa fere os direitos humanos (pois pretendem usar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos contra a Lei da Ficha Limpa).

Os lulistas e seu chefe não acham que a corrupção fere os direitos humanos. O que fere os direitos humanos é a condenação de um corrupto...

Também na segunda-feira, soube-se que o líder do PT, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), entrara com pedido de instalação de uma CPI contra a Operação Lava Jato, na Câmara dos Deputados.

Apenas três bancadas assinaram em massa esse pedido: o PT (57 assinaturas de deputados), o PMDB (34 assinaturas) e o PP (35 assinaturas).

As duas questões fazem parte da mesma tentativa do PT de atacar o combate à corrupção e conceder impunidade aos ladrões do dinheiro do povo, a começar pelo seu candidato, condenado a 12 anos e um mês de cadeia por receber propina, cumprindo pena em Curitiba.

A Lei da Ficha Limpa proíbe a candidatura de condenados por um Tribunal de Justiça ou por um Tribunal Regional Federal (que são os “órgãos colegiados de segunda instância”). Pela Lei, esses condenados estão inelegíveis por oito anos.

Lula foi condenado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que é um tribunal colegiado de segunda instância. Por consequência, não pode se candidatar nas próximas eleições.

A Lei da Ficha Limpa, como devem lembrar muitos de nossos leitores, resultou de um projeto de iniciativa popular, elaborado pelo juiz Márlon Reis e outros juristas, assinado por três milhões e 600 mil brasileiros. O projeto foi aprovado por unanimidade na Câmara e por unanimidade no Senado, em maio de 2010.

Quinze dias depois, a lei foi sancionada, integralmente, sem vetos, pelo presidente da República da época, um certo

Luís Inácio Lula da Silva.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou constitucional a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135 de 2010).

O motivo pelo qual o STF teve que se manifestar foi a tentativa de anular a lei, com base em que, segundo seus inimigos, um condenado somente poderia ser proibido de concorrer às eleições, se seu processo “transitasse em julgado”, ou seja, depois que não houvesse mais qualquer recurso possível.

Isso significaria jamais proibir um ladrão, corrupto ou assassino de se candidatar, uma vez que, pelo atual sistema, os recursos, para quem tem dinheiro, são praticamente infundáveis.

No entanto, o STF considerou que a base da Lei da Ficha Limpa era o artigo 14, parágrafo 9, da Constituição: “Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida progressiva do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do

poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta”.

Os adversários da Lei da Ficha Limpa no STF foram Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Celso de Mello.

O principal aliado ou representante do PT no STF, Ricardo Lewandowski, votou a favor da constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, assim como os ministros Luiz Fux, Rosa Weber, Carmen Lúcia e Marco Aurélio de Mello.

[Acima, somente citamos os ministros que participaram da votação, no STF, da Lei da Ficha Limpa, que ainda permanecem no tribunal. Os outros, hoje aposentados, foram os ministros Ayres Britto e Joaquim Barbosa, que votaram a favor da Lei da Ficha Limpa, e Cezar Peluso, que votou contra.]

Lula e os lulistas consideravam muito boa a Lei da Ficha Limpa quando atingia outros corruptos.

O problema é que, agora, graças à Operação Lava Jato, e aos juizes corajosos a que se referiu, na segunda-feira, o ministro Luís Roberto Barroso, a Lei da Ficha Limpa atingiu Lula e o PT.

Não é o que alguns chamam de “ironia da História”, porque Lula foi atingido pela lei que assinou, ou porque o PT foi atingido pela lei que votou por unanimidade, defendendo-a, inclusive, no STF (“Tanto as penas quanto as demais opções legislativas”, disse o ministro Lewandowski no julgamento de 2012, “foram feitas de forma consciente, absolutamente dosada pela racionalidade do Congresso Nacional. A questão não foi tratada de afogadilho no Congresso”).

Lula foi atingido pela Lei da Ficha Limpa porque roubou e foi condenado por seus crimes – não porque a história seja irônica.

O fato de agora tentar revogar a lei que ele mesmo assinou, ao invés de cumprir sua pena e arrepende-se do que fez, significa apenas que fará de novo aquilo que fez. Nem que seja à custa, se ele pudesse, de avacalhar com o ordenamento jurídico do país, naquilo que ele tem de melhor.

Da mesma forma, o pedido do líder do PT, Paulo Pimenta, para a instalação de uma CPI contra a Operação Lava Jato.

O PT quer criminalizar quem investiga os seus crimes – e trate do maior esgoto de corrupção da história do país, instalado, protegido e usufruído por Lula e Dilma, inclusive com um guarda-chuva para que aliados, como Temer & quadrilha, roubassem sob ele.

A justificativa para a CPI é inteiramente baseada nas declarações de um sociopata e foragido da Justiça, Tacla Durán, e mais dois doleiros, que acusaram um advogado, Figueiredo Bastos, de cobrar “taxa de proteção”.

Tacla Durán, hoje na Espanha para fugir da lei e da Justiça, lavava dinheiro para a Odebrecht, Mendes Júnior e outras empreiteiras, que depositavam dinheiro na conta da “Tacla Duran Sociedade de Advogados”, para que fosse repassado ao PT, PMDB e alguns funcionários corrompidos da Petrobrás.

O advogado denunciado pelos dois doleiros já está sob investigação – é um caso de esclarecimento policial. Mas é claro que não é para investigar esse caso, ao contrário do que disseram vários petistas, que eles querem instalar uma CPI na Câmara dos Deputados.

A justificativa é clara: o objetivo é anular as confissões, e, por consequência, a própria Operação Lava Jato.

O fato do PT se esconder atrás de um desclassificado como Tacla Durán, equivale a uma declaração de culpa – ainda que arrogante, orgulhando-se do próprio roubo.

CARLOS LOPES

Jaques Wagner recusa ler carta de Lula, tarefa que coube a Dilma

A escolha de Dilma Rousseff para ler a carta que Lula escreveu para o lançamento de sua candidatura à campanha presidencial foi de última hora. O escolhido pelo ex-presidente para fazer a leitura foi o ex-governador da Bahia, Jaques Wagner, que acabou recusando a missão.

De acordo com a coluna Painei, do jornal “Folha de S. Paulo”, o petista tinha aceitado fazer a leitura, mas, quando chegou ao comício, em Contagem (MG), no dia 8, foi

surpreendido pela decisão da organização para que os governadores do PT também lessem o documento – cada um ficaria responsável por uma página.

Wagner então preferiu ficar em silêncio e alegou também que, assim, a imprensa não passaria a especular com a possibilidade dele ser o plano B para substituir Lula como candidato a presidente pelo PT.

Com o impasse, Dilma acabou escalada para ler a mensagem.

Preço extorsivo do gás coloca em risco a vida da população

Chefe do departamento de queimados do Hospital de Restauração do Recife denuncia: “Quando começou o processo de aumento sistemático do gás, aumentou também o número de pessoas queimadas por álcool”

Dr. Marcos Barreto, diretor do departamento de Queimados do Hospital de Restauração de Recife, denunciou o aumento dos casos de queimados devido à utilização de combustíveis para cozinhar, que, no começo deste mês, ocuparam 90% dos leitos reservados para queimaduras no estado de Pernambuco.

“Não posso ficar calado quando vejo meus pacientes carentes chegarem com a família toda queimada”, denuncia. Ele também destaca que nesses casos “a recuperação dos pacientes muitas vezes é parcial, não é total. É um paciente que vai ficar meses, e, às vezes, anos, fazendo fisioterapia para tentar voltar às suas atividades”.

Com uma das maiores taxas de desemprego da história, o povo brasileiro também tem sofrido com reajustes sistemáticos de combustíveis, energia, água, e gás de cozinha.

A política de preços do gás de cozinha (GLP) passou a ser reajustada pela cotação do dólar e o preço internacional do produto. Essa política conduzida pelo governo provocou uma alta no ano passado de 67,8% nas refinarias para o envase em botijões de 13 quilos. Em cidades do Nordeste, como a capital pernambucana, Recife, a escassez do produto para a compra é grande. Como não há qualquer tabelamento da venda de gás, alguns comércios chegam a vender um botijão a R\$ 150,00.

Na entrevista, concedida à Ana Nazaré, presidente da Federação das Mulheres de Pernambuco, que segue abaixo, o médico explica a situação que do estado e a importância da mudança da política nos preços do gás de cozinha, principalmente para a população mais carente.

Ana Nazaré: Você poderia relatar quando notou o crescimento deste tipo de caso?

Marcos Barreto: O que a gente viu foi o seguinte, no mês de fevereiro quando começou esse processo do aumento sistemático do preço do gás, começou a chegar para nós também o aumento de pessoas queimadas por utilização de álcool, álcool combustível, do posto, para cozinhar. Os pacientes afirmavam que não tinham condição de adquirir o botijão de gás. O botijão de gás estava começando a ter aumentos sistemáticos e as pessoas não tem aumentos sistemáticos, mensal, quinzenal. Então eles sempre me diziam “olha doutor Marcos, o problema é que eu não tenho os R\$ 42, R\$ 43 ou R\$ 50 para comprar o botijão, o aumento de dez reais para mim faz diferença, mas se eu tenho dez reais aqui, eu posso comprar de álcool e cozinhar por 2, 3, 4 ou 5 dias”, e são exatamente essas pessoas que são mais afetadas. São essas pessoas que estão expostas aos acidentes, porque elas não têm noção do risco que correm quando cozinham com o álcool, no rebaixamento do rechaud, que é a panelinha que eles usam pra pro álcool dentro pra poder acender e cozinhar. Chegamos ao ponto aqui de eu ter paciente queimada em abastecimento de rechaud em restaurante.

Como foi a evolução desde então?

Em fevereiro eu cheguei a ter 65% dos pacientes queimados por combustíveis, isso já me chamou a atenção. Então eu chamei a imprensa, chamei o hospital, fizemos uma coletiva, fizemos um trabalho de conscientização durante uma semana e eu comecei a fazer avaliações.

No mês de abril, atendemos 198 pacientes queimados, dos quais 84 eram adultos, desses 28% foram vítimas de queimadura por combustíveis. No mês de maio atendemos 205 pessoas queimadas, desses 99 adultos, dos quais 35% queimados por combustível, gasolina álcool, a maioria cozinhando. No final de maio, com a paralisação dos caminhoneiros, o problema não era mais o preço do combustível, e sim a escassez, pacientes meus aqui dizerem que o botijão chegou a 150, 160 reais. Já no início de junho eu tive 90% dos pacientes adultos internados na unidade de queimaduras queimados por combustíveis. Eu chamei novamente a imprensa, nós falamos, orientamos, mas continuam a chegar pacientes queimados com combustíveis enquanto cozinham.

Qual sua principal preocupação neste momento?

Eu cuido, junto com a minha equipe, dos pacientes queimados do estado de Pernambuco, temos 40 leitos. A grande preocupação deste momento é que o aumento dos casos de queimados ultrapassa a quantidade de leitos disponíveis. Nesse mês teve um momento que tínhamos 19 homens, para apenas 12 leitos disponíveis, tivemos que colocar sete deles no corredor da emergência, aguardando vaga para internar, é claro que isso não é o atendimento que precisamos dar.

O atendimento a queimados precisa de mais leitos. Mas esse é um dos serviços mais caros da instituição, por isso que os hospitais não querem abrir leitos para queimados. Porque é um paciente complexo, um paciente que precisa de muita dedicação, a demanda é muito grande, a equipe que cuida é uma equipe diferenciada, treinada para atendimentos de longo prazo, são fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos, etc. E esse doente é um doente que cria prejuízo em todos os sentidos, porque até a recuperação dele muitas vezes é parcial, não é total. É um paciente que vai ficar meses, e, às vezes, anos fazendo fisioterapia para tentar voltar às suas atividades.

O que pode ser feito neste momento?

Não posso ficar calado quando vejo meus pacientes carentes chegarem com a família toda queimada. É necessário alertar a população, para os perigos do manuseio de combustíveis, e alertar as autoridades no sentido de arranjar uma forma de minimizar o problema que está afetando principalmente as donas de casa das famílias mais carentes. Você não sabe o que é uma dona de casa chegar pra mim contando que tinha uma criança chorando de fome em casa e ela não ter o gás pra poder fazer o mingau. Ai ela usa álcool, arriscando a vida dela e de quem está perto dela, inclusive de incendiar seu domicílio, que normalmente é de baixa renda.

A gente tem que analisar que é o pessoal da periferia, são esses meus pacientes, não quem mora nos apartamentos da avenida beira mar. São pacientes que muitas vezes preferem ficar na instituição para conseguirem se alimentar, do que voltar pra casa pelas condições em que se encontram. Algumas me dizem: “doutor eu quero sair daqui boazinha, porque onde eu moro se eu chegar lá com esse curativo, amanhã ele está imundo de tanta poeira”. Essa situação é cada vez mais agravada com os abusos do aumento de gás.



“90% dos adultos internados na unidade foram queimados por combustíveis”

CMB defende o tabelamento de preço do botijão de gás a R\$ 55

A Confederação das Mulheres do Brasil exigiu, em nota, o “tabelamento e o congelamento do preço do gás de cozinha a R\$ 55,00”. Para a entidade “desde janeiro de 2017 o bolso do povo vem sendo assaltado pelo governo Temer, que atrelou o preço dos combustíveis e seus derivados ao dólar provocando aumentos escorchantes na gasolina e no gás de cozinha. Temos quase 30 milhões de desempregados e a carestia só aumenta”.

A partir de 2002, o preço do gás passou a ter políticas diferentes dependendo do seu uso. Por exemplo, o gás a granel acompanhava as variações dos preços internacionais, enquanto o gás de cozinha foi congelado, por ser mais popular, e era subsidiado pelo governo.

Em 2015, após 13 anos de congelamento, o governo Dilma anunciou um aumento de 15% no gás de cozinha, que foi gradativamente passando a ser ajustado, assim como a gasolina e o diesel, pelos preços internacionais. O preço médio do botijão de 13 quilos antes do aumento de 2015 era de R\$ 46,19.

Já em abril de 2017, sem controle sobre os preços cobrados ao consumidor, botijão passou a uma média de R\$ 57,19. Em abril de 2018, o botijão já estava R\$ 66,99 em média, mas em vários lugares o preço



Temos quase 30 milhões de desempregados e a carestia só aumenta, denuncia a entidade. Na foto, a presidente da CMB, Gláucia Morelli

ultrapassava os R\$ 80.

A CMB também destacou o impacto desse aumento na vida das famílias brasileiras: “Mais de um milhão e duzentas mil famílias (dados do IBGE) não conseguem comprar gás para cozinhar. O resultado é o aumento de acidentes domésticos com o uso de álcool e querosene no preparo da comida”.

A Confederação também destacou que a política de Temer, de benefício às petroleiras estrangeiras e descumprimento do acordo com os caminhoneiros é uma provocação aos caminhoneiros e toda a população.

“Basta! Exigimos preço justo a R\$ 55,00 com tabelamento, congelamento e subsídio para o gás de cozinha para todas as famílias jogadas no desemprego por esse governo corrupto e irresponsável! Mulheres à

Luta!”, finaliza a nota.

CONSELHO

A presidente da CMB, Gláucia Morelli, denunciou no dia 13, durante a cerimônia de posse do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), o aumento abusivo do preço do gás, em meio às tentativas de impedimento do secretário de Governo de Temer, Carlos Marun.

Gláucia destacou a necessidade do tabelamento e congelamento do preço do gás de cozinha, para garantir o acesso da população, destacando a dramática situação das famílias que estão utilizando álcool e querosene para cozinhar, pois não conseguem comprar gás.

Após a denúncia, Marun resolveu encerrar a sua fala e se retirar do evento.

Polícia investiga conteúdo de pendrives encontrados na cela de Dirceu e Estevão

Políticos estão presos na Papuda

A Polícia Civil do Distrito Federal realizou uma operação de busca e apreensão na cela onde estão presos o ex-ministro José Dirceu (PT) e o ex-senador Luiz Estevão (PRTB) no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília.

A ação foi motivada após uma denúncia de outro detento, de que os políticos estavam recebendo regalias na prisão.

Na cela em que o ex-senador Luiz Estevão divide com Dirceu foram encontradas barras de chocolate, diversas anotações e cinco pen drives, estes últimos, proibidos na cadeia. Luiz Estevão ainda teria tentado jogar os pen drives pela privada, porém a polícia conseguiu recuperar o dispositivo e vai periciá-lo.

Os policiais também encontraram vários documentos ligados a Luiz Estevão na biblioteca do presídio, que, de acordo com o delegado Thiago Boeng, parecia mais com um escritório pessoal. O delegado explicou que, ao ser abordado, o ex-senador ainda tentou despistar.

A polícia também quer saber o motivo de Luiz Estevão dividir a cela apenas com um detento, sendo que a média é de 7 pessoas por espaço.

Luiz Estevão foi condenado em 2006 a 31 anos de prisão por crimes cometidos no desvio de verbas na obra Fórum Trabalhista de São Paulo, mas só foi preso 10 anos depois, em 18 de novembro de 2016. Há tempos, o político está na mira dos investigadores que já se debruçam sobre um inquérito que apura a reforma irregular do bloco onde ele está detido.

Os policiais também fizeram buscas na cela do ex-deputado Geddel Vieira Lima, onde encontraram documentos que passaram por perícia. Ele está preso desde 8 de setembro de 2017, acusado de embarcar as investigações das Operações Cui Bono e Sépsis da Polícia Federal, que apuram desvios na Caixa Econômica Federal.



Dilma sai na defesa de Fernando Pimentel, acusado de receber propina de R\$ 15 mi

A ex-presidente Dilma Rousseff (PT) saiu em defesa do governador de Minas Gerais, o também petista Fernando Pimentel, que, segundo ela, está sofrendo “um cerco sistemático, composto por atos de sabotagem, boicote político e artimanhas judiciais”.

Segundo ela, o que ocorre com Pimentel – que tem a reeleição ameaçada pelo péssimo governo que está realizando no estado, é “o mesmo que fizeram contra o meu governo”.

Dilma quer garantir a sua vaga como candidata ao Senado por Minas. A chapa de Pimentel, composta principalmente pelo PT e pelo PMDB (que ocupa o cargo de vice-governador), não vê com bons olhos a candidatura da ex-presidenta.

Segundo os articuladores da reeleição do petista, o discurso do “golpe”, pode atrapalhar as negociações políticas.

O governo Pimentel está marcado pela sua desastrosa atuação nas mais diversas áreas.

Desde o calote nos salários dos servidores, até a tentativa de privatizar as estatais CODEMIG e COPASA, responsáveis pela extração do nióbio e gestão das águas no estado.

Pimentel leva consigo ainda a mancha causada pelo desabamento da barragem da Samarco, que matou 19 pessoas, e inundou de lama todo o Rio Doce, desde Mariana, até a sua foz no Espírito Santo. A maior tragédia ambiental da história do país.

ODEBRECHT

O petista foi denunciado em novembro de 2016 no âmbito da Operação Acronimo, junto com mais cinco pessoas, pelo recebimento de propina de R\$ 15 milhões da Odebrecht, em troca de favorecimento à empresa para a obtenção de financiamento no BNDES, entre 2011 e 2012. Naquela época, ele chefiava o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a Câmara de Comércio Exterior (Camex), e teria atuado para viabilizar as operações do BNDES — subordinado ao MDIC — com a empreiteira. A Odebrecht queria, e conseguiu, a liberação de financiamentos do banco para obras na Argentina e em Moçambique.



Lançamento do CD foi realizado no Cine-Teatro Denoy de Oliveira, no Bixiga

Trilha sonora da peça “Canção Dentro do Pão” é lançada em CD durante apresentação especial

Na última quinta-feira (14), o Centro Popular de Cultura da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (CPC-UMES), lançou o CD com a trilha sonora da peça “Canção Dentro do Pão”, uma comédia acerca das atribuições da realeza francesa às vésperas da Revolução, em cartaz no Teatro Denoy de Oliveira. O CD traz composições de Marcus Vinicius e Léo Nascimento.

Para a diretora da peça, Bete Dorgan, “a trilha sonora, as músicas compostas por Marcus Vinicius e Léo Nascimento se encaixam de forma tão perfeita no roteiro, contribui de tal forma para o conjunto da peça, que podemos dizer que ela passou a ser uma das protagonistas da obra”.

Marcus Vinicius de Andrade, também assina a direção artística e de produção do disco; Léo Nascimento, responsável por arranjos e direção musical; Carlos Guedes, na produção musical e direção de estúdio; o elenco da peça é formado por Pedro



Compositor Marcus Vinicius, junto ao ator Pedro Monticelli e a Bete Dorgan, diretora da comédia

Monticelli, Rebeca Braia, João Ribeiro, Rafinha Nascimento e Ricardo Mancini; além do elenco participam os intérpretes e músicos convidados para a gravação do CD, Alexandre Cueva, Fernanda de Paula, André Kurchal, Vinicius Pereira e Felipe Soares.

Para Lucas Chen, presidente da UMES, o lançamento do CD marca um importante momento para a cultura. “É a verdadeira forma de fazer cultura, o sentimento do povo que no final resulta

em uma canção”, disse.

A peça retrata a efervescência social da Paris às vésperas da Revolução Francesa “com o humor e a leveza do nosso teatro de comédia”, mas, também, como escreve o maestro Marcus Vinicius na apresentação do disco, traz “reflexão, compromisso com a realidade, consciência da marcha do Homem para transformar a História”. A peça estreou no dia 14 de julho de 2017, 228 anos após a queda da Bastilha.

Caminhoneiros: 'sem acordo no frete, poderemos voltar à greve'



Ao centro, Alberto Litti fala durante reunião com dirigentes caminhoneiros

Ministro do STF, Luiz Fux, suspende todas as ações que questionam piso mínimo do frete

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, suspendeu, na última quinta-feira (14), todas as ações que questionam a constitucionalidade da tabela de preços mínimos para o frete dos caminhoneiros, conquistada com a greve da categoria no mês passado.

Conforme o acordo entre caminhoneiros e governo, ficou determinado o estabelecimento da tabela, que foi publicada no dia 30 de maio pela ANTT. A tabela foi alvo de entidades do setor do agronegócio, como a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), que se posicionaram contra o cumprimento do piso, portanto, contra o cumprimento do acordo.

A tabela foi mantida pela ANTT, no entanto, a CNA não desistiu da queda de braço. São, pelo menos, 53 ações, individuais e coletivas, que tramitam em instâncias inferiores até que o ministro Fux declarasse a suspensão de todas. O pedido da suspensão foi feito pela Advogada-Geral da União, Grace Mendonça. Fux determinou a realização de uma audiência pública com representantes do governo, caminhoneiros e empresários, na quarta-feira (20). O ministro pretende ouvir os argumentos de ambos os lados antes de



Ministro do STF, Luiz Fux, suspendeu 53 ações

tomar uma decisão.

A CNA argumenta que o tabelamento dos preços mínimos fere os princípios da livre iniciativa e de livre concorrência. Quanto a isso, o líder caminhoneiro Carlos Alberto Litti Dahmer, presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga (Sindicat) de Ijuí (RS), mostra a fragilidade do argumento dos agronegociistas: "A CNA é contrária ao piso mínimo do frete. Não quer pagar. No entanto, ela está exigindo que exista um preço mínimo para o café. Para receber, é possível. É constitucional e é legal existir um piso mínimo do café. Porém, para pagar o preço mínimo do frete é inconstitucional. Dois pesos, duas medidas. Quando me serve, sou favorável,

quando não me serve, sou contrário."

De acordo com a Associação Brasileira de Caminhoneiros (Abcam), "a criação do piso evitará a exploração do trabalho do transportador e garantirá o custeio mínimo de suas despesas, especialmente com o óleo diesel, que chega a representar 40% do custo total".

"Se faz necessário o controle de mercado para evitar o abuso do poder econômico e que os transportadores operem abaixo do seu custo operacional. É sabido que os caminhoneiros autônomos são mal remunerados e trabalham em condições precárias, dada a falta de qualidade da malha rodoviária e de pontos de descanso seguros e bem estruturados", afirma a entidade.

Abcam rebate Cade sobre frete: "É necessário o controle de mercado para evitar abusos"

A Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) defendeu nesta segunda-feira, 18, a tabela mínima de frete, que foi questionada em parecer apresentado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), sob argumento de que configura cartel e que traria "prejuízos à sociedade".

O tabelamento do frete, com a instauração de um preço mínimo, foi reivindicado dos caminhoneiros autônomos durante a greve em maio, que paralisou o país por 11 dias. A criação da Medida Provisória nº 832, que estabeleceu a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, foi fundamental para o fim da greve, junto à redução do preço do diesel em 46 centavos por litro, na bomba.

Segundo o Cade - órgão que supostamente luta contra a cartelização de setores da economia e formação de monopólios, ainda que aja sempre em conluio com as multinacionais estrangeiras - o "tabelamento de preços mínimos acaba gerando, ao final, o resultado semelhante ao de uma cartelização, ou seja, a uniformização dos preços de agentes que deveriam concorrer no mercado por meio da oferta de melhores serviços".

Os caminhoneiros reviram o argumento da entidade, apontando que as multinacionais têm transportadoras próprias e que operam abaixo de preço de custo. Segundo a Abcam, é fundamental "reforçar a importância da permanência da tabela, imprescindível para reprimir o



José da Fonseca Lopes, presidente da Abcam

abuso nas contratações dos serviços de transporte, em especial, dos serviços dos caminhoneiros autônomos. [...] Se faz necessário o controle de mercado para evitar o abuso do poder econômico e que os transportadores operem abaixo do seu custo operacional".

Para convencer a opinião pública de que a tabelação é ruim, o Cade diz em seu parecer que "o tabelamento, com o estabelecimento de preços mínimos, não apresenta benefícios ao adequado funcionamento do mercado e ao consumidor final, que arcará com os aumentos de preço decorrentes de tal medida".

Mas a verdade é que a tabela proposta "considera um mínimo necessário para que o motorista possa sobreviver sem fragilidade do serviço prestado e de sua condição de trabalho [...] realinhando as tarifas entre os tipos de veículos, segmento de atuação e faixa de quilômetros. A proposta não inclui o lucro do transportador pois deverá ser negociado livremente entre as partes", afirma a Abcam.

Vale ressaltar que o Cade já tomou diversas decisões em favor dos monopólios. Em março último arquivou o processo da Associação Nacional dos Fabricantes de Autopeças (Anfape), contra as montadoras Volkswagen, Fiat e Ford por monopolizar o setor de autopeças de reposição. Processo que vinha desde 2007.

No ano passado, o Cade permitiu a compra das universidades Anhembi Morumbi, FMU e UniRitter, dentre outras, pelo grupo norte-americano Laureate International, o que resultou na demissão de mais de 400 professores somente nas três instituições de ensino.

Agora o órgão acusa a reivindicação dos caminhoneiros como sendo formadora de cartel. O presidente da Abcam, José da Fonseca Lopes, explica que a medida "evitará a exploração do trabalho do transportador e garantirá o custeio mínimo de suas despesas, especialmente com o óleo diesel, que chega a representar 40% do custo total."

Dirigentes da categoria reunidos cobram que acordo fechado com governo seja cumprido

Lideranças dos caminhoneiros de diversos estados se reuniram na última quinta-feira, 14, e afirmaram que uma nova greve nacional não está descartada caso não seja cumprido o acordo estabelecido com o governo de garantir um piso mínimo de frete.

"A categoria está unificada e em estado de greve por um objetivo: o piso mínimo do frete, uma conquista histórica reivindicada há mais de 20 anos. Se aquilo que estamos buscando não se concretizar, a greve virá", afirmou Carlos Alberto Litti Dahmer, presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga (Sindicat) de Ijuí (RS), durante a reunião com lideranças de diversos estados, na quinta-feira, 14.

Desde o fim da greve dos caminhoneiros, o que vem ocorrendo é uma série de tentativas de desrespeitar as conquistas obtidas com o movimento. Primeiro foram as afirmações do governo de que a redução do diesel em R\$ 0,46/litro não poderia ser de uma vez nas bombas. De acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), pela segunda semana consecutiva, o preço do diesel recuou atingindo o valor médio de R\$ 3,434 por litro nesta semana, queda de 1,4% em relação aos R\$ 3,482 registrados na semana anterior. No entanto, o preço nas bombas dos postos do país ainda não refletiu a redução de R\$ 0,46 por litro realizada nas refinarias.

FRETES

Agora, a ameaça é sobre a tabela do frete. Todo o acordo entre os caminhoneiros e governo, que resultou no fim da greve, foi concretizado com a publicação de três Medidas Provisórias. A MP que estabeleceu a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas foi a MP nº 832, determinando que "a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT publicará tabela com os preços mínimos referentes ao quilômetro rodado na realização de fretes", de acordo com a carga. A tabela foi publicada no dia 30 de maio.

No entanto, desde então, entidades do setor do agronegócio e até mesmo o próprio governo estão tentando derrubar a tabela. O objetivo é apenas manter o

arrocho e impor preços os mais achatados possíveis aos caminhoneiros.

"Eu acredito na extinção da tabela", chegou a afirmar o diretor da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), Sergio Mendes, que entrou com uma ação na Justiça contra a MP 832. A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), também afirmou que a entidade entraria com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a tabela de fretes. Apesar da pressão do setor, ainda na quinta-feira, 14, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão de todos os processos nas instâncias inferiores da Justiça que tratam da medida provisória 832. Dessa forma, ficou mantida a vigência da medida provisória e da tabela divulgada pelo governo. (Ver matéria aqui).

Com essa decisão, a Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) divulgou orientação a todos os caminhoneiros autônomos a obedecerem os preços mínimos fixados na Resolução nº 5820/16 da ANTT. "Os contratantes que não respeitarem os valores estipulados estarão sujeitos a indenizar o transportador em valor equivalente ao dobro do que seria devido", conforme divulgação no Blog do Caminhoneiro.

De acordo com a Abcam, a tabela "busca compensar a hipossuficiência do caminhoneiro na sua relação de negociação do frete com seus contratantes que são, na grande maioria das vezes, empresas com elevado poder de barganha comercial e financeira que desejam impor um preço visivelmente insuficiente para cobrir os custos do transporte, tornando a vida do caminhoneiro indigna".

Entretanto, a Abcam está aberta ao diálogo com todos os setores envolvidos e que dependem do transporte rodoviário de cargas. "Podemos chegar a um denominador comum, mas sem adiar a correção dessa relação historicamente desequilibrada", afirma o presidente da entidade, José da Fonseca Lopes, ressaltando que "interesses parciais e setoriais de qualquer segmento não podem suplantar o caráter de justiça, de legitimidade e de dignidade da causa dos caminhoneiros, inequivocamente endossada pela população brasileira".

MG: Pimentel anuncia 'parcelamento das parcelas' do salário de servidor

O governo de estado de Minas Gerais decidiu parcelar a primeira parte do salário dos servidores públicos estaduais, que já estava parcelado em três vezes. Com a medida, o governo "parcelou a parcela" de 53% dos servidores.

Os funcionários do estado mineiro estão enfrentando dificuldades com o recebimento de seus salários desde fevereiro de 2016, quando os vencimentos começaram a ser parcelados. No final do ano passado as parcelas começaram a atrasar, e agora chegaram ao cúmulo de dividirem a primeira em três.

Segundo a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) 47% dos servidores receberam a primeira parcela dos vencimentos no dia 13 de junho, como era previsto. O restante não recebeu nada no dia 13, apenas na sexta-feira, 15, quando o governo depositou R\$ 1.500,00 na conta dos servidores ativos. Para os inativos, serão R\$ 1.000,00 a serem depositados na terça-feira, 19.

A primeira parcela deve

ria ser de R\$ 3.000.

Ainda de acordo com a SEF, "os depósitos dos demais valores [equivalentes à primeira parcela] continuarão sendo feitos à medida que o fluxo de caixa for se normalizando", ou seja; não há previsão de pagamento.

Ainda assim, a SEF declarou que a segunda e terceira partes dos vencimentos, previstas para os dias 25 e 29 de junho, respectivamente, devem ser pagas em dia.

Segundo a lógica do governo federal, o governador de Minas, Fernando Pimentel (PT), também resolveu que a greve dos caminhoneiros é motivo para qualquer problema que a administração possa vir a ter, e alega que "devido ao reflexo do movimento de paralisação nacional dos caminhoneiros, a arrecadação tributária do estado sofreu uma redução de R\$ 340 milhões em relação à expectativa para os primeiros 11 dias de junho", o que resultou no "parcelamento das parcelas".



Fotos: CBF

Gabriel Jesus foi derrubado na área CBF questiona critérios de uso da VAR na Copa

A CBF entrou com uma reclamação junto à FIFA para saber porque não foi acionado o VAR (sistema de árbitro de vídeo) no lance que prejudicou o Brasil. O protesto é quanto a um empurrão do meia Zuber em Miranda, antes de cabecear a bola à rede. Para os jogadores e para o técnico Tite, houve falta clara no zagueiro brasileiro após cobrança de escanteio.

"O lance do Miranda foi muito claro. E não estou justificando o resultado", disse o treinador da Seleção após o jogo. Os jogadores brasileiros chegaram a reclamar antes mesmo do reinício do jogo, assim que o telão da arena em Rostov exibiu o replay do lance. O árbitro mexicano César Ramos, porém, não deu ouvidos a eles. A Fifa diz que o árbitro acertou, mas condenou o replay no telão.

A CBF quer entender quais são os critérios da Fifa para a utilização do VAR. O recurso, pela primeira vez permitido em uma Copa do Mundo, já foi utilizado em outras partidas.

A Seleção voltou a treinar nesta segunda-feira, em Sochi. Na quarta, a delegação já embarca para São Petesburgo, palco da partida contra a Costa Rica, na próxima sexta, pela segunda rodada do Grupo E.

No jogo contra a Suíça o Brasil dava a impressão de que venceria com facilidade. Felipe Coutinho abriu o placar com um chute de longa distância, da meia esquerda, de curva, pegando o ângulo esquerdo do goleiro Yann Sommer. O jogo foi para o intervalo com o Brasil dominando a partida.

A volta já não foi tão boa. A atenção dos jogadores diminuiu e, aos seis minutos, um vacilo da defesa levou a Suíça ao empate. Num escanteio, Zuber empurra Miranda e faz o gol de cabeça. Neste momento o árbitro eletrônico deveria entrar em ação mas não foi isso o que aconteceu. A partir daí, a seleção de Tite atacou várias vezes mas não conseguiu o desempate. Entraram na segunda etapa Renato Augusto, Fernandinho e Firmino.

Ao final uma jogada polêmica. Gabriel Jesus cai na área, as imagens mostram o zagueiro abraçando o jogador brasileiro que virava para finalizar, mas o juiz não marcou nada. Mais uma vez o árbitro eletrônico, mecanismo introduzido pela primeira numa Copa do Mundo, e que evitaria decisões subjetivas dos árbitros de campo, não foi acionado.

Com esse resultado, a Sérvia assume a liderança do grupo E, com três pontos, após vencer a Costa

Inglaterra pena para vencer a Tunísia: 2x1

Já no bico do corvo, isto é, nos acréscimos da segunda etapa, Harry Kane marcou o gol que deu a vitória à Inglaterra por 2 a 1 sobre a Tunísia, em Volgograd, a histórica Stalingrado.

A Inglaterra levou à Copa da Rússia o terceiro elenco, média de 26 anos, e talvez isso tenha pesado no jogo contra a equipe africana. E conseguiu a vitória só no apagar das luzes. Harry Kane abriu o placar aos 10min, mas Walker cometeu pênalti, convertido por Sassi, igualando o placar.

A medida que o tempo ia passando, o time inglês ia ficando cada vez mais inseguro errando jogadas simples. O que para a Tunísia era bom, pois claramente jogava pelo empate.

Aí saiu o gol da vitória, com Harry Kane completando o escanteio cobrado por Maguire.



México vence a Alemanha

Com um jogo bonito e inteligente, o México, do técnico Osório, venceu a campeã do mundo por 1 a 0. Desde o início do jogo, o México se impôs à fria e poderosa Alemanha. Um dos jogos mais emocionantes até agora mostrou que a América Latina continua tendo criatividade para vencer a frieza e a técnica europeia.

Com um gol de Lozano aos trinta e cinco minutos do primeiro tempo e uma proposta de apostar tudo nos contra-ataques, o México dominou o time alemão. Até o último minuto do jogo, o controle foi mexicano. Mesmo com a pressão alemã. O México teve várias oportunidades de acabar com o jogo nos contra-ataques, mas, o último lance não saía com a perfeição necessária. Nos minutos finais, a Alemanha quase empatou, mas ficou só na intenção.

Argentina x Islândia: Messi perde pênalti e fica no empate

A Argentina teve quase 80% de posse de bola mas não conseguiu romper a forte defesa da Islândia. As duas primeiras chances saíram dos pés de Messi, que conseguiu se desencilhar da marcação dobrada e obrigar o goleiro a fazer boas defesas. Mas, aos 19, chute errado de Di Maria encontrou Agüero na área. Rara chance que o atacante não desperdiçou: 1 a 0 para Argentina. Aos 23, Cabellero deu rebote para Finnbogason empatar.

A defesa islandesa voltou ainda mais concentrada no segundo tempo. O time do gelo construiu uma verdadeira muralha. A missão era se fechar. Com Banega no lugar de Biglia, Messi ganhou companhia no meio e entrou no jogo. Foi quando descolou lindo passe para Meza sofrer pênalti. Messi bateu mal, a meia altura, no canto direito do goleiro que foi lá e defendeu.

Desgoverno de Macri gera corrida cambial e submete economia a FMI

Na semana passada, em meio à desvalorização recorde do peso argentino frente ao dólar, o governo Macri divulgou sua carta de intenções, ou em outras palavras, os termos do arrocho anti-popular que pretende implementar para obter US\$ 50 bilhões (parcelados, diga-se de passagem) em empréstimos do Fundo Monetário Internacional - FMI. Ao submeter a economia argentina aos ditames do FMI, aprofunda o processo de primarização da economia do país, além reforçar o atrelamento cada vez maior ao dólar e às manobras dos especuladores, enquanto segue encarecendo o custo de vida da população.

A carta entrega a condução da economia ao FMI, com o compromisso de, para reduzir o déficit fiscal, manter a política de juros elevados associada às importações. Para atingir estes nefastos objetivos, não só congelará a contratação de servidores públicos por dois anos, como eliminará os subsídios destinados ao gás de cozinha (mercadoria cujo preço já catapultou antes), transportes e aumentará os impostos. Em suma, a carta de Macri sintetiza as suas intenções, ao afirmar que, para atender as escabrosas exigências do FMI, “tomaremos quaisquer medidas adicionais que possam ser apropriadas”.

Aliás, essas medidas lembram os ‘ajustes’ de Temer e a sua PEC do teto de gastos, assim como os diversos cortes implementados pelo governo Dilma, enfim todo tipo de crueldade, sob argumentos similarmemente esfarrapados, ou seja, de que o povo deve enfrentar dificuldades e restrições em troca de uma estabilidade econômica que só beneficia o “mercado”, quer dizer o sistema financeiro, e a baldada promessa de um crescimento que nunca vem.

Em linhas gerais, a carta de intenções indica o descompromisso total do governo com o povo argentino e a manutenção do câmbio flutuante, deixando o valor da moeda nacional em dólar oscilar ao sabor dos monopólios e da banca internacional, beneficiando a especulação com o câmbio. Enquanto o governo divulgava sua carta ao FMI, o presidente do Banco Central, Federico Sturzenegger, apresentou sua renúncia, sendo substituído por Macri pelo então ministro das Finanças, Luis Caputo. Com a dança das cadeiras, a pasta de Finanças foi entregue ao ministro da Fazenda, Nicolás Dujovne, que acumulará as duas funções.

O documento também se compromete com a manutenção de altas taxas de juros, que devem ser condicionadas às decisões do corpo técnico do FMI. Assim, a taxa nominal de juros, fixada atualmente em 40% a.a., seguirá pelos próximos meses escorchoando os argentinos, assombrada pela possibilidade de novas altas, já que a desnacionalização e desindustrialização do país associada à elevação do câmbio devem elevar a inflação, e conforme a carta, elevações da inflação acima da meta devem ser discutidas com os técnicos do fundo visando novas altas de juros e novos cortes nos programas sociais e investimentos.

Além das medidas listadas acima, o governo se comprometeu com a elevação de suas reservas em US\$ 25 bilhões, durante os próximos três anos, através da venda de títulos de curtíssimo prazo, o que deve pressionar ainda mais os juros do país.

Em linhas gerais, a carta de intenções motivada pela alta do dólar em relação ao peso argentino serve apenas a um fim: reafirmar e aprofundar a dependência argentina à política dos EUA e dos demais monopólios dos países centrais.

Para isso, busca limitar as possibilidades e ferramentas do Estado, que fica impedido de utilizar políticas voltadas para o desenvolvimento, garantindo, em nome de uma suposta “estabilidade de mercado”, a transferência de renda dos argentinos aos bancos e grandes empresas, seja via juros, importações de bens com maior valor agregado ou através da economia local restrita à exportação de produtos primários.

GABRIEL CRUZ

Ex-primeira-dama de El Salvador, que representou o PT na região, é presa por desviar fundos públicos

Por ordem do juiz Salomón Landaverde, a brasileira Vanda Pignato, ex-primeira-dama e atual secretária de Inclusão Social de El Salvador, foi presa na semana passada pela polícia do país sob a acusação de ter participado de um desvio de US\$ 351 milhões (R\$ 1,3 bilhões) dos cofres públicos, durante o mandato de seu marido, Mauricio Funes (2009-2014). Eles se separaram no fim do governo.

O roubo, conhecido em El Salvador como “Saque Público”, era feito através de depósitos do dinheiro da corrupção em contas do Banco Hipotecário e sacado por elementos próximos ao ex-presidente. A brasileira foi denunciada por ter usado US\$ 165 mil (R\$ 611 bilhões) para pagar um empréstimo, faturas de cartões de crédito, depósitos bancários e na compra de um carro de luxo.

O ex-primeira-dama atuou como representante do PT na América Central entre 1992 e 2009, ano em que deixou a legenda porque pelas normas eleitorais do país, com seu marido candidato e eleito presidente, não podia manter formalmente esse posto.

Funes assumiu a Presidência em 2009, candidatando-se pelo partido formado a partir do movimento guerrilheiro Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, FMLN. A campanha

foi dirigida pelo marqueteiro brasileiro João Santana. Na época, o então presidente Lula, participou da posse.

Santana afirmou, em delação premiada, que participou da campanha a pedido de Lula e que ela foi bancada com dinheiro da Odebrecht. Funes foi sucedido, em 2014, pelo atual presidente, Salvador Sánchez Ceren.

O juiz ainda deve resolver a situação jurídica do ex-presidente, sua atual mulher Ada Michelle Guzmán Sigüenza e dois de seus filhos que estão asilados na Nicarágua desde 2016. Segundo a acusação, Funes e um de seus amigos mais próximos, o empresário Miguel Menéndez “criaram uma estrutura sofisticada para extrair fundos públicos”.

O presidente Ceren disse que apoia a decisão da Justiça e todas as medidas que ajudem a combater a corrupção.

Pignato nega irregularidades e, segundo Francis Varquero, sua advogada, a decisão de Landaverde de pedir a prisão foi “surpreendente”. A ex-primeira-dama, afirma a defensora, está em estado de saúde “grave” e, por isso, não compareceu à audiência.

O juiz, no entanto, ordenou a prisão da ex-primeira-dama por “risco de fuga”, apesar de o próprio Ministério Público pedir penas alternativas

Anna Karenina além das rendas e sedas



O oficial médico Serguei Karenin ouve, 30 anos depois da tragédia, o relato do Conde Vronsky

Dia dos pais na Argentina: crise macrista leva a queda de 10% nas vendas de varejo

As vendas do varejo argentino no Dia dos Pais, comemorado domingo (17), caíram 6,4% em relação ao ano passado, diz pesquisa da Confederação Argentina de Médias Empresas (CAME). A contração observada pelo comércio, já se verificou em 2017, quando as vendas caíram 3,6% em relação a 2016.

Na comparação com 2017, apenas 23,7% das empresas apresentaram crescimento nas vendas, ao passo que 58,8% viram suas vendas caírem. Segundo a pesquisa, as vendas permaneceram inalteradas para 17,5% dos vendedores consultados.

Entre os setores afetados pelas consequências da crise argentina, estão os de gastronomia e restaurantes, que tiveram suas vendas contraindo 0,2% no dia dos pais. O setor de ferramentas e aparelhos de informática encolheu

10,5%, e o de vestuário, ficou 9,6% abaixo do ano passado. A queda do varejo vem acompanhada da forte crise do modelo agro-exportador implementado na Argentina durante as últimas décadas e acentuado a partir da década de 1990, cuja dependência os governos Kirchner deram alguns passos para romper e agora Macri traz esse atraso de volta com uma crise desastrosa que, na última semana, explodiu através do descontrole cambial que fez o dólar chegar a 30 pesos, pretexto para a elevação dos juros nominais em 40% a.a. e uma inflação prevista para cerca de 30% este ano.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina (Indec), a expectativa dos empresários, tendo em vista a crise que estourou nas últimas semanas, aponta para a redução das contratações. Nesse sentido, Ariel Aguilár,

que preside a Câmara Industrial de Fabrico de Couro e dirige a Confederação Empresarial da República Argentina, ao tratar da recente crise que levou à demissão do ministro da Produção, bem como a renúncia do presidente do Banco Central, afirmou que a dança de cadeiras não muda nada enquanto o modelo de desenvolvimento do governo estiver pautado no projeto neoliberal.

“O principal problema não reside apenas na queda do consumo” em 30%, da queda da “produção”, que está com menos de 60% da capacidade instalada ocupada, “ou no aumento das importações” em 60%. “O que não fecha de jeito nenhum é esse projeto político que não tem produção e o trabalho como política de Estado e, nesse sentido, embora ainda que mudem os nomes, o governo parece determinado a aprofundar as decisões políticas que conduziram à crise de hoje”.

Mary Lezcano



Centenas de lideranças e trabalhadores rurais realizam ato em Curuguaty

Paraguaios exigem justiça e reforma agrária nos seis anos da carnificina de Curuguaty (I)

“Justiça, terra e liberdade” exclamava a enorme inscrição cuidadosamente desenhada com pedras sobre a grama ao lado da rodovia que dá acesso ao acampamento de Marina Kue, em Curuguaty. Ao fundo, uma gigantesca bandeira do Paraguai vitaminava o espírito de combate que unia as centenas de lideranças populares, trabalhadores rurais, religiosos e intelectuais reunidas para denunciar a farsa jurídica.

Nos corações e mentes, a recordação do sexto aniversário da carnificina, ocorrida em 15 de junho de 2012, quando 324 policiais armados de fuzis, capacetes, cavalos e até helicóptero, tropas de elite treinadas pelo exército norte-americano, cercaram menos de 60 camponeses – metade deles mulheres, idosos e crianças – e que resultou, uma semana depois, na deposição do presidente Fernando Lugo.

Foi no solo sagrado de Curuguaty, lembrou o Monsenhor Mario Melanio Medina, onde perderam a vida 17 paraguaios, 11 camponeses e seis policiais, vítimas de um “conflito” artificialmente provocado por franco-atiradores. O objetivo? “Manter uma situação em que mais de 90% das terras são con-

troladas por apenas 3% dos proprietários”. Para o Monsenhor, “nossa fé em Deus nos leva a fé em nossa luta e em nossa organização. Seguimos lutando, e pois lutamos pela vida dos mais pobres, que são as vidas mais caras para Jesus”. O religioso disse que espera o governo de Mario Abdo Benítez, que assume no próximo 15 de agosto, solucionar o mais rapidamente possível a questão de Curuguaty. Dois terços de sua palavra foram ditas em Guarani, o idioma dos povos originários e falado majoritariamente pela gente mais humilde.

INGERÊNCIA

É para garantir a continuidade desta lógica irracional que só atende aos interesses das transnacionais e do latifúndio que quatro trabalhadores continuam sendo mantidos atrás das grades, condenados por “homicídio doloso”, “associação criminosa” e “invasão de imóvel alheio” sem que os juízes nada tenham conseguido provar contra os inocentes. Ainda assim, Rubén Villalba (condenado a 35 anos de prisão), Luis Olmedo (20 anos), Arnaldo Quintana e Néstor Castro (18 anos) são mantidos na desumana prisão de Ta-

cumbú, penitenciária com capacidade para 1.400 pessoas e que abriga atualmente mais de 4.200.

De forma didática, a renomada historiadora e professora universitária Margarita Durán Estragó fez uso da palavra para explicar como a área de Curuguaty pertencia ao Estado e que era objeto de Reforma Agrária, nada justificando, portanto, a intervenção determinada pela “Justiça”. A ação militar se deu a pedido da família do senador Blas Riquelme, do Partido Colorado, o mesmo do ditador Alfredo Stroessner, que governou o país em função dos interesses dos Estados Unidos entre 1954 e 1989.

“O massacre ocorrido em Curuguaty foi a maior violação de direitos humanos já ocorrida em nosso país desde a ditadura de Stroessner. Que justiça podemos esperar diante de tanta e tamanha desigualdade? Aqui estamos para nos juntar por uma causa e pensar em um Paraguai melhor para todos”, declarou Oscar Ayala, da Coordenadoria de Direitos Humanos do Paraguai (Codelupuy).

LEONARDO E MONICA SEVERO (Continua na próxima edição)

A mídia brasileira escreveu e falou bastante sobre “Anna Karenina - A História de Vronsky”.

O filme e seu diretor Karen Shakhnazarov, que veio ao Brasil no início de junho divulgar o lançamento, foram acolhidos com inegável simpatia. Além de cineasta, Shakhnazarov é também diretor-geral do Mosfilm, o maior estúdio da Europa.

Li e assisti mais de 70 matérias publicadas nos jornais impressos e eletrônicos. A opinião que prevalece é a de que se trata de um grande filme.

A exceção fica com o crítico da “Folha de São Paulo”, um certo Starling, que proclama suas verdades no ultrapassado estilo “guerra fria”. Em compensação, ele foi o único que explicou

errado a seus leitores que o encontro entre o conde Vronsky e Serguei Karenin, o filho de Anna, ocorrido num campo de batalha da guerra russo-japonesa, foi baseado na narração realizada pelo escritor Vikenti Veresaev em uma de suas obras.

A verdade é que Veresaev nunca imaginou esse encontro - e Starling nunca leu Veresaev, embora procure passar a impressão de que sim. O encontro foi criado por Shakhnazarov e os demais roteiristas do filme.

E, por falar nesse encontro, publicamos abaixo um trecho de uma esclarecedora entrevista concedida pelo diretor russo à revista Kultura, em 8 de junho de 2017. Desfrutem.

SÉRGIO RUBENS

Sobre a morte do mundo de Anna e Vronsky

Fragmento da entrevista de Karen Shakhnazarov a Ksenia Pozdnyakova da revista Kultura

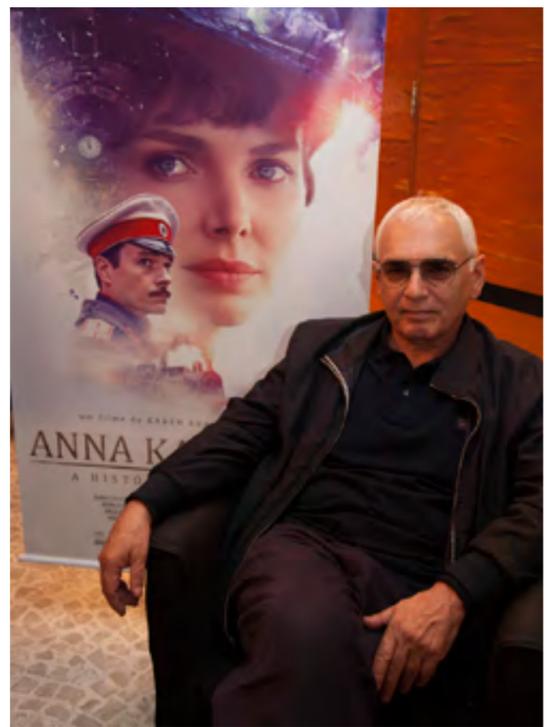
Kultura: Por que no filme você resolveu transportar o amante e o filho de Anna Karenina, [30 anos depois de ocorrida a tragédia], ao teatro de operações da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905)?

Shakhnazarov: Houve uma primeira variante onde eles se encontrariam em 1917. Serguei encontra o velho Vronsky vivendo sozinho em sua propriedade, e aí começa a história. Mas faltava drama à ação. Eu queria fazer um enredo separado, especial para eles. Além disso, era importante mostrar a história do jovem Karenin, caso contrário o personagem sairia superficial. Alguém dirá, “reescreveram Tolstoi”, e, sim, reescrevemos. E por que não?

Kultura: Acrescentaram ao texto de Tolstoi fragmentos do romance de Veresaev (Anotações de um Médico Sobre a Guerra Russo-Japonesa). Por que a escolha recaiu precisamente sobre ele?

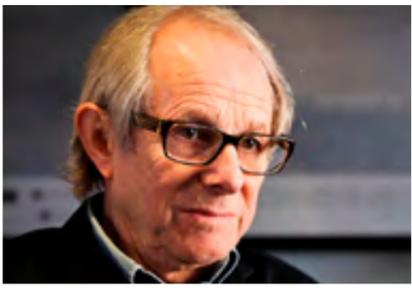
Shakhnazarov: Surgiu a idéia da Guerra Russo-Japonesa porque ela nos permitia mostrar a queda do Império. Na verdade, os acontecimentos dessa guerra foram o começo do fim. Em seguida veio a Revolução de 1905 e tudo desmoronou. A Primeira Guerra Mundial e o ano de 1917 foram a pá de cal. Pareceu-me imprescindível refletir a morte do mundo onde a história de Anna e Vronsky se desenvolveu.

A escolha recaiu sobre Vikenti Veresaev (1867-1945). Além de escritor, ele participou diretamente daquela guerra sobre a qual deixou ótimas histórias. Nós aproveitamos muito dele. Todas as histórias dos oficiais. A ma-



Diretor Karen Shakhnazarov na pré-estreia de ‘Anna Karenina - A história de Vronsky’

Cruel e imoral: Trump separa 2 mil crianças dos seus pais imigrantes



Loach: “É hora de Julian Assange ficar livre”

Cineasta Ken Loach: “Chega de perseguição a Assange”

“É hora de Julian Assange ficar livre para partir sem medo, é preciso pôr fim à perseguição. Obrigá-lo a permanecer na embaixada equatoriana por medo da extradição para os Estados Unidos é um ato claramente político”, denunciou o renomado cineasta Ken Loach, somando-se à campanha pela libertação imediata e incondicional do australiano, fundador e editor do WikiLeaks.

Ken Loach, que retratou a luta contra a opressão britânica da Irlanda em “O Vento Que Sacode a Cevada” – pelo qual ganhou a Palma de Ouro no Festival de Cinema de Cannes em 2006 –, alertou que “na atual atmosfera febril, pessoas nos EUA chegaram a pedir sua execução”. “Assange somente defendeu o direito do público de saber o que é feito em seu nome”, acrescentou o cineasta.

Assange está confinado na Embaixada do Equador em Londres por expor os crimes de guerra dos EUA no Iraque e no Afeganistão, inclusive o famoso vídeo do “assassinato colateral”, que mostra a execução de 12 civis iraquianos por soldados em um helicóptero Apache. Entre outros documentos que comprovam crimes dos EUA, o WikiLeaks expôs 250.000 cabogramas da intervenção do Departamento de Estado no mundo inteiro e milhares de páginas com as técnicas de hackeamento da CIA.

ATO PÚBLICO EM SIDNEY

No último domingo, centenas de manifestantes ocuparam a Praça da Prefeitura de Sidney, Austrália, para exigir que o governo do primeiro-ministro, Malcolm Turnbull, se mova pela libertação do compatriota Assange. No Ato que reuniu trabalhadores, estudantes e lideranças dos movimentos sociais, a presidente do Partido Socialista da Igualdade (SEP), Linda Tenenbaum, condenou o “apagão” total da grande mídia e a hostilidade em relação ao coordenador do WikiLeaks, vítima de uma campanha permanente de difamação. Linda reiterou a incansável determinação de Assange em “denunciar a opressão como causa da guerra, da desigualdade e de todos os ataques aos direitos democráticos” e frisou que a multiplicação de apoios por dezenas de países tem ampliado a luta para que a verdade e a justiça triunfem.



Mãe migrante ao ser presa (alto) e crianças em gaiolas, já separadas dos pais

NYT e Washington Post confessam que EUA é “cúmplice de crimes de guerra no Iêmen”

Não é todo dia que o New York Times e o Washington Post, deixando de lado a costumeira hipocrisia sobre a intervenção imperialista, registram que os EUA são “cúmplices de crimes de guerra” – no caso, no Iêmen. Na quinta-feira passada, em editorial do NYT, após assinalar que a Guerra no Iêmen resultara em “incontáveis mortes de civis, muitas atribuídas aos ataques de bombardeio indiscriminado da coalizão”, acrescentou que “sob a lei internacional esses ataques podem ser qualificados como crimes de guerra nos quais os Estados Unidos e a Inglaterra, outra fornecedora de armas, são cúmplices”.

Já segundo o Washington Post, referindo-se ao cerco do porto que é a porta de entrada de quase todo o alimento, remédios e combustível que chega ao esfaumado país, assinalou que “os Estados Unidos, que já têm estado fornecendo aos seus dois aliados inteligência, reabastecimento aéreo e munições, será cúmplice se o resultado for o que as autoridades da ajuda humanitária dizem que pode ser: fome, epidemia e outro sofrimento humano que ultrapassa qualquer coisa que o mundo viu em décadas”. A denúncia da ONU era sobre uma “catástrofe iminente” causada pelo

assalto saudita-emirados ao porto de Hodeidah.

Naturalmente, não se trata de que o NYT e o Post, que já bateram tambor para tudo que é guerra de agressão, hajam repentinamente se arrependido do que fizeram na Iugoslávia, Iraque, Líbia e Síria. É que, para pegar Trump, até isso serve – descortinar a “cumplicidade” nos crimes de guerra da Casa Branca, fazer sutil referência à jurisprudência de Nuremberg.

O mais prosaico Wall Street Journal fez praticamente o mesmo, sob outro ângulo. Citando “fontes do Pentágono”, registrou que “os militares dos EUA estão ajudando seus aliados do Golfo a desenvolverem uma lista de alvos”. Supostamente – por favor não riam – “para minimizar o número de baixas civis”.

Na reunião de emergência do Conselho de Segurança da ONU que discutiu o agravamento da crise no Iêmen, a questão da cumplicidade voltou, na forma do veto dos EUA e Inglaterra à resolução apresentada pela Suécia para “congelar as operações militares em Hodeidah”. O enviado especial da ONU ao Iêmen, Martin Griffiths, havia pedido “um pouco mais de tempo” para negociar uma solução, mas

as bombas e mísseis vendidos pelos EUA (e fabricados pelo cartel da morte ianque) não podiam esperar.

A ofensiva está em curso há cinco dias, o aeroporto está destruído, mas os iemenitas resistem às tropas dos feudais e aos mercenários. O bombardeio já causou centenas de mortes e a fuga de milhares de civis, tentando escapar dos ataques. Griffiths continua tentando um acordo de último minuto para deter a carnificina – a ONU passaria a controlar o porto. No relato de civis ao canal Ruptly da RT, “os ataques aéreos foram extremamente pesados e violentos, atingindo humanos, árvores e casas – tudo”. “Um monte de gente morreu – crianças e idosos – no bombardeio de Hodeidah pelos sauditas”, denunciou outro.

Se a jurisprudência de Nuremberg – a que considero como crime máximo, o que condensa todos os outros, a guerra de agressão, fosse reinstalada, estaria sendo aplicada aos governantes dos EUA e seus antecessores na Casa Branca, que deram sinal verde em 2015 para a chacina em curso, e aos skeiks saudita e dos emirados. E, claro, aos executivos-chefes da Lockheed, Raytheon, Boeing, Northrop e outros traficantes de armas de alto coturno.

Presidente da Audi Rupert Stadler é preso na Alemanha pelo envolvimento com a fraude dos testes de poluição

O presidente da Audi, a montadora de carros de luxo da Volkswagen, foi preso na segunda-feira (18). A prisão de Rupert Stadler, na Alemanha, se deu como consequência do caso “dieselgate”, no qual a Volkswagen foi flagrada fraudando os testes de poluição dos motores a diesel da multinacional alemã.

De acordo com um comunicado da Promotoria de Munique, “a ordem de prisão foi baseada na ocultação de provas”. A prisão provisória de Stadler se deu após a realização de uma busca em sua casa, como parte da investigação por suspeita de fraude e outros crimes.

Com o avanço das investigações, a Promotoria de Braunschweig multou a Volkswagen em 1 bilhão de euros na semana passada, como forma de punir a empresa pela manipulação das emissões de poluentes. A penalidade foi aceita pela multinacional, que já anunciou que não recorrerá.

Ao todo, 20 pessoas estão



Rupert Stadler está em prisão provisória por 5 dias

incluídas nas investigações que apuram crimes similares envolvendo outros carros do grupo, que da mesma forma foram equipados com softwares para manipular os resultados das emissões.

A Volkswagen admitiu o crime apenas em 2015, dois meses após vir a tona

que seus motores V6 a diesel estavam equipados com os dispositivos criminosos.

Nos EUA, dois gerentes da multinacional foram presos, ao passo que foi acertado um acordo ao custo de US\$ 25 bilhões para a empresa alemã, que concordou com a recompra de 500 mil veículos nos EUA.

As crianças apartadas dos pais são postas em gaiolas, como no centro de detenção de Brownsville (Texas) e ex-Walmart. Para servir de lençol, recebem grandes folhas de alumínio

As cenas de centenas de crianças mantidas em gaiolas de arame em um ex-hipermercado Walmart no Texas, rebatizado de “Casa Padre”, após terem sido separadas à força de seus pais imigrantes na fronteira pela política de “tolerância zero” do governo Trump, causaram enorme comoção nos EUA e no mundo inteiro, em meio a protestos, condenação da ONU, repúdio de entidades, religiosos e parlamentares e com a própria esposa Melanie se negando a endossá-la.

Os EUA, que vivem dando cínicas aulas de “direitos humanos” ao mundo inteiro, flagrados sem sequer uma folha de parreira para se esconder: quase 2 mil crianças separadas de seus pais em seis semanas desde que o presidente Trump, fazendo um uso ainda mais extremado de uma lei xenófoba de Obama, passou, no dizer do El País, a fabricar “órfãos por decreto”. “Separar bebês de suas mães é imoral”, afirmou o Cardeal Daniel DiNardo, presidente da Conferência de Bispos Católicos dos EUA.

Na semana passada, manifestantes foram às ruas de 60 cidades – entre essas, Los Angeles, Nova Iorque, Washington, Detroit e Albany – para repudiar a crueldade. A Casa Padre está lotada, com meninos de 10 a 17 anos. A média de estadia, segundo levantamento feito pela NBC News, é de 52 dias, antes que as crianças sejam entregues a um tutor.

Na descrição da Associated Press, cada gaiola tem 20 crianças dentro. Espalhadas em volta estão garrafas de água, sacos de salgadinho e grandes folhas de alumínio que servem de lençóis. O ex-Walmart fica em Brownsville – e, do outro lado da fronteira, e de uma cerca de seis metros de altura, está Matamoros, no México. Além das crianças separadas dos pais, para lá são mandados garotos que cruzaram sozinho a fronteira, em busca da família, que já chegou. A lotação atual é de 1500.

Em Genebra, ao encerrar seu trabalho como Alto Comissário da ONU para Direitos Humanos, Zeid Ra'ad al-Hussein, exigiu o “fim imediato” da cruel política de separação de famílias. “Pensar que um Estado busca dissuadir os pais, infligindo tal abuso às crianças é inadmissível”, afirmou. Ele também fez um apelo para que Washington ratifique a Convenção dos Direitos da Criança – só falta os EUA. A ONU já havia advertido que imigração sem documento, pela lei internacional, não é crime.

O “ministro da Justiça” (“procurador-geral”) de Trump, que foi a autoridade que anunciou aos imigrantes em abril que, daqui para a frente, se fossem capturados, teriam seus filhos separados

forçosamente, agora teve o desprazer de asseverar que essa xenofobia toda é para “proteger as crianças” da “traioqueira viagem” até os EUA. Houve Trump-boy que até culpou a “Bíblia” pela truculência.

Mas o repúdio não para de se avolumar. A senadora republicana Susan Collins disse que a separação era “inconsistente com os valores americanos”, acrescentando que a “mensagem” de Trump é que “se você cruzar a fronteira com suas crianças, suas crianças serão tiradas de você”. Outros senadores republicanos se apressaram a condenar a medida, como John McCain e Ted Cruz.

Conforme as eleições intermediárias de novembro se aproximam, menos cada candidato quer aparecer junto ao despautério. No lado democrata, os mesmos que ficaram caladinhos quando Obama aprovou a lei que Trump está usando sem disfarce, agora proferem que “a Casa Branca está usando as lágrimas e sofrimento das crianças para construir seu muro na fronteira”. “Isso é um esforço para extorquir uma lei a seu gosto no Congresso, é profundamente antiético”, afirmou o deputado Adam Schiff.

Cada anúncio de Trump sobre o “combate à imigração” vai empilhando desastre em cima de desastre. Tribunais federais estão realizando julgamentos em massa para deportação de imigrantes, um arremedo do devido processo e do direito de defesa, em que são sumariamente deportados em seguida. 1600 imigrantes detidos vão ser levados para prisões federais. Prisões temporárias insospitas na fronteira tornaram-se conhecidas como “geladeiras”. Um imigrante hondurenho se suicidou após separado à força da esposa e filho. Os Serviços Sociais reconheceram em abril que perderam a pista de cerca de 1.500 meninos porque seus responsáveis não atendem ao telefone.

Uma advogada relatou à CNN como uma mulher hondurenha teve seu bebê tirado à força quando a estava amamentando no centro de detenção. Acusada de resistir, foi algemada. Para a principal entidade de direitos civis dos EUA, a ACLU, há inúmeros casos como esses. Conforme dados do governo, há 11.351 menores imigrantes sob custódia em uma centena de centros. Com a exacerbação da caçada aos imigrantes, o governo planeja montar dez cidades de tendas em bases militares. Os processos contra os imigrantes chegam às raíças do absurdo, e os pais não têm qualquer garantia de que verão de novo os filhos e podem, inclusive, ser deportados, enquanto o filho fica em alguma casa de abrigo.

ANTONIO PIMENTA

Obama começou a prender famílias de imigrantes e abriu espaço para a separação agora cometida por Trump

“Foi a detenção de famílias por Obama que criou o cenário para a separação de famílias por Trump”, afirmou o professor e escritor César Cuauhtémoc García Hernández. Apesar dos democratas posarem de defensores dos imigrantes, na realidade foi a lei aprovada por Obama no seu segundo mandato – que tornou crime reentrar no país após deportação – que está servindo para Trump cometer sua truculência contra os imigrantes e separar as famílias.

Inclusive Trump no fundamental já encontrou pronta a rede de centros de detenção usadas agora em escala maior. Foi assim que Trump pôde partir para sua política de “tolerância zero” contra chicanos pobres na fronteira e ainda atribui aos democratas, embora sem agradecer explicitamente, a excelência xenófoba da lei pré-existente. Como o Alto Comissário da ONU para Direitos Humanos já esclareceu, imigrante sem documentação não é crime.

Como se diz, Trump está fazendo no maior embalo o que Obama fazia quase de coração partido. Afinal, não foi Obama o presidente recordista absoluto em deportações, com 2,7 milhões de expulsões de imigrantes? Recorde iníquo, mas difícil de bater.

Quando começou a torrente de jovens migrantes e famílias em 2014, Obama começou a separar famílias, com a mãe com filho num canto e o pai em outro. Contratou uma prisão privada a uma hora de San Antonio, com 2.400 leitos, que se tornou tristemente famosa como a “baby jail”. Seu chefe da Homeland também se gabou no Senado da “agressiva estratégia de dissuasão” dos ilegais.

Mas o assédio dos democratas aos imigrantes não começou aí. Em 1993, sob uma presidência e Congresso democratas, o Senado aprovou por 95-4 o drástico aumento das penas para os “reentrantes ilegais”.

Ziuganov: plano de Medvedev para aumentar idade mínima de aposentadoria é “insanidade”

O líder do Partido Comunista da Federação Russa, Genadi Ziuganov, afirmou que o plano do primeiro-ministro Dmitry Medvedev, de aumentar a idade mínima de aposentadoria em mais cinco anos para os homens e oito para as mulheres, é “insanidade” e exigiu que, se for levado adiante, tenha que ser submetido a referendo. O plano foi aprovado na semana passada para encaminhamento ao parlamento. O presidente Vladimir Putin ainda não se pronunciou sobre a questão.

Conforme Medvedev, que pagaria os assaltos aos aposentados em voga no mundo inteiro, sob bênção do FMI, e que costumam acabar em confrontos abertos com a população que não quer ser tosquiada – como visto aqui no Brasil, na Nicarágua, na Itália e tantos outros países –, não há outra alternativa para manter o sistema funcionando.

No plano do primeiro-ministro, a idade mínima para os homens subiria de 60 para 65 anos, até 2028. A idade mínima das mulheres iria dos atuais de 55 para 63 anos até 2034. Para reduzir a resistência à medida, a aplicação seria gradual, começando no ano que vem. A atual idade mínima de aposentadoria foi instituída nos anos 1930, pela União Soviética.

Agora, em decorrência das mudanças demográficas e com a proporção de tra-

balhadores na ativa caindo em relação aos aposentados, asseverou Medvedev, “o Estado não poderia honrar suas obrigações sociais” sem aumentar a idade mínima de aposentadoria, com as pensões sendo um peso “excessivo” para o orçamento federal. Indo mais longe, garantiu que esse aumento da idade mínima seria para “aumentar as aposentadorias acima da inflação” – o que não é o que se viu nos países onde foi imposto antes.

Ziuganov assinalou compreender a necessidade de aliviar as tensões na sociedade russa, que considerou “sérias e profundas”, mas exigiu que esse aumento da idade mínima de aposentadoria seja feito com o abismo entre os poucos que ficam cada vez mais ricos e a imensa maioria, que mal consegue chegar ao fim do mês”. Em suma, que os oligarcas paguem a conta, não o povo.

Petição contra o aumento da idade mínima, criada pelos sindicatos russos nas redes sociais, reuniu mais de 180.000 assinaturas antes do anúncio de Medvedev. Pesquisa realizada em maio, e citada pela RT, mostrou que 53% dos russos consideram a atual idade mínima de aposentadoria “ótima”, 35% acham que poderia ser diminuída e só 6% defenderam que seja aumentada.

A debacle da pseudo-esquerda e o renascer da humanidade (9)

Um sistema que precisa da fome permanente de milhões para funcionar, não merece funcionar – o melhor é que se arrume outro sistema

CARLOS LOPES

O escritor norte-americano Upton Sinclair chamou a Universidade de Chicago de “a universidade da Standard Oil” ou “*Mr. Rockefeller's University of Chicago*” – e descreveu o clima de terrorismo intelectual que era próprio da instituição no começo do século XX, onde algum professor que defendesse uma ideia minimamente progressista era perseguido, excluído, e, inclusive, após a exclusão, defrontava-se com a quase impossibilidade de empregar-se em outra universidade (cf. Upton Sinclair, “*The Goose-Step: A Study of American Education*”, Pasadena, 1923, p. 243 e segs, e, também, p. 375).

Sinclair colheu, entre outros, o seguinte depoimento – sob a condição de anonimato – de um professor da Universidade de Chicago: “*Nós somos boas vacas; ficamos em silêncio, amarrados aos nossos postes, e fornecemos nosso leite em horários regulares. Somos livres, porque não temos vontade de fazer nada além do que nos dizem que devemos fazer. E morremos de senilidade prematura*” (cf. Upton Sinclair, **op. cit.**, p. 247).

A Universidade de Chicago fora comprada, em 1890, por John D. Rockefeller, dono da Standard Oil, o monopólio do petróleo, através de uma subsidiária da Igreja Batista dos EUA, a *American Baptist Education Society*. Depois, nos momentos de dificuldade, a *Rockefeller Foundation* sustentou a universidade.

A julgar por seu famoso departamento de economia – onde von Hayek foi se abrigar quando saiu de Londres, em 1950 – a situação não mudou muito, desde que Upton Sinclair escreveu seu livro sobre a influência plutocrática nas universidades norte-americanas.

A única exceção – algo que parece realmente ter mudado – é o antissemitismo. Na época em que Sinclair escreveu, a Universidade de Chicago tentava restringir o acesso de judeus.

Naqueles tempos, os judeus norte-americanos eram basicamente operários – os “**Judeus Sem Dinheiro**”, do livro de Michael Gold –, e, dizia-se, com propensão de aderir a tendências de esquerda (para o leitor que se interesse pelo assunto, o relato mais importante, daqueles que conhecemos, é o de Joseph North – ele próprio um operário de origem judaica ucraniana – em suas memórias, “**Nenhum Homem é Estrangeiro**”, trad. Fernanda Pinto Rodrigues, Avante, Lisboa, 1981).

Havia, também, claro, os “cinco bancos judeus de Wall Street” (Goldman Sachs; Bear Stearns; Kuhn, Loeb & Co; Lehman Brothers; e Salomon Brothers), que existiam na esteira de J.P. Morgan, tal como aqueles predadores menores que comem restos que escapam da boca do tubarão.

Com a proximidade da II Guerra, a política da universidade de Rockefeller em relação aos judeus, evidentemente, mudou: depois da guerra, na Universidade de Chicago, von Hayek tinha um ajudante, Milton Friedman, que depois seria elevado, pela mídia reacionária e por algumas cabeças de alfinete acadêmicas (todas com um interesse monetário inversamente proporcional ao tamanho do cérebro), ao papel de Zaratustra da economia.

Galbraith descreveu Friedman como um sujeito “totalmente imune às dúvidas que perturbam estudiosos intelectualmente mais vulneráveis” (cf. J.K. Galbraith, “**O Pensamento econômico em Perspectiva – uma história crítica**”, trad. Carlos Malferri, Pioneira, 1989, p. 244).



Trata-se de uma boa aproximação do que é a teoria de Friedman – algumas crenças toscas, que não podem ser colocadas em dúvida, pela simples razão de que não podem ser provadas ou demonstradas.

PANFLETOS

Mas qual a contribuição de Friedman para a teoria econômica (incluindo nessa categoria, apenas para efeito de raciocínio, aquela vulgaridade neoliberal ou monetarista, que alguns acham que é “teoria”)?

A ideia de jerico de que os preços são função da quantidade de moeda (e velocidade de sua circulação), como se a moeda nada tivesse a ver com a produção, ou como se a produção fosse um apêndice da moeda, não é sua.

Embora mais antiga ainda, a forma dessa “teoria quantitativa da moeda” que aparece em Friedman, é a que, em 1911, foi apresentada por Irving Fisher – que, depois, seria o principal adversário acadêmico do “New Deal”, de Franklin Delano Roosevelt.

A obsessão com a inflação, cujo “controle” seria – ao invés do crescimento – o objetivo central da política econômica, também não é original. Até em Joaquim Murinho, o ministro da Fazenda de Campos Sales, no final do século XIX, essa fixação – que reflete apenas o interesse dos bancos no sentido de que os ativos financeiros não se desvalorizem (ou, dito de outra forma, no sentido de que o juro real não seja reduzido pela inflação, ou seja o maior possível) – já aparece, da mesma forma que apareceria em todos os posteriores serviços do setor financeiro.

Murinho, evidentemente, não foi o inventor dessa maneira de atrelar as finanças do país aos interesses financeiros – que, no caso dele, eram os da banca londrina.

[NOTA: Em seu ataque à política de Joaquim Murinho e Campos Sales, no longínquo ano de 1901, Vieira Souto – professor de economia política da Escola Politécnica do Rio – fez da teoria quantitativa da moeda, da qual o então ministro da Fazenda era adepto, o seu principal alvo. Isso aconteceu, portanto, muito antes que Fisher ou Friedman apresentassem a sua versão dessa teoria (cf. Luís Rafael Vieira Souto, “*O último relatório da Fazenda*”, in “**Ideias Econômicas de Joaquim Murinho**”, Senado/Casa de Rui Barbosa/MEC, 1980, p. 341.)]

Sobre essas questões, o que se pode dizer é que Friedman foi um propagandista delas – um panfletário, para ser exato.

NATUREZA

A única coisa em Friedman que parece original, é a postulação de uma “taxa natural de desemprego”, que seria necessária para evitar a inflação.

Como é possível, perguntará o leitor, existir uma “taxa natural de desemprego”?

O emprego – e, portanto, a sua negação, o desemprego – é um fato econômico e social, consequência de uma determinada política, ou um fruto da natureza?

Quais eram os empregos “naturais” de nossos antecessores que moravam em



cavernas? Ou será que os empregos nascem em árvores, como as graviolas, as mangas e as goiabas?

Em suma, desde quando os empregos são um produto da natureza, para que exista uma “taxa natural” de desemprego?

Mas é esse tipo de conduta, que transfere para a natureza o que é efeito doloroso de uma política econômica desumana e estúpida, o que estamos aqui examinando, porque não se trata de um problema apenas individual – muito menos de um problema econômico, apesar de ser assim apresentado.

É esse desapego a qualquer verdade – portanto, a qualquer moral – que caracteriza, eticamente, o capitalismo monopolista, sobretudo na atualidade.

Obvio, o papel dessa “taxa natural de desemprego” é rebaixar os salários ou impedir que eles subam, colocando no pescoço dos trabalhadores a permanente ameaça de demissão – ou seja, a ameaça de substituição por algum outro trabalhador, antes desempregado, contratado por menor salário.

É, portanto, um contrabando, para dentro da política econômica, de uma indecência fundamental, pois é operada através do engodo.

Sobre isso, não se pense que são apenas os neoliberais declarados, que são adeptos dessa imoralidade. Há não muitos meses, ouvimos um “neo-desenvolvimentista” defender o arrocho salarial, com a alegação de que o suposto “pleno emprego” do governo Dilma (cáspite!) fez com que os salários aumentassem demais.

Assim, a “taxa natural de desemprego” parece ser, realmente, uma inovação de Friedman. Até então, os economistas – estamos nos referindo aos defensores do capitalismo – sempre colocavam como objetivo, ou “tendência”, o pleno emprego.

Não apenas porque essa era a única maneira de não entrar já derrotados na polêmica com os defensores do socialismo – que manteve o pleno emprego e o crescimento na URSS, durante o mesmo período em que o desemprego e a depressão econômica alcançava dezenas de milhões de pessoas no Ocidente.

Acontece que o pleno emprego – ou a tendência a ele – era uma decorrência da teoria que alguns chamam “neoclássica”.

Não por qualquer aspecto progressista dessa teoria. Pelo contrário. Considerando perfeito o mundo da concorrência (ou, o que é a mesma coisa, considerando que a concorrência era “perfeita”, portanto, omitindo a existência de monopólios e cartéis), era fácil chegar à conclusão, como Arthur Pigou, o mandachuva acadêmico inglês da teoria “neoclássica”, em 1920, que “*com uma concorrência perfeitamente livre sempre haverá uma forte tendência ao pleno emprego. O desemprego existente num dado momento qualquer decorre integralmente de resistências de atrito que impedem que os ajustes adequados nos preços e salários sejam feitos instantaneamente*” (cit. por Galbraith, **op. cit.**, p. 191).

Isso equivale a dizer que, se os trabalhadores permitissem que seus salários fossem livremente determinados pelos empregadores, assim como os

demais preços da economia, não haveria desemprego.

Que isso nada tenha a ver com a realidade, não é, aqui, a questão. O importante é que, para Friedman, nem essa barbaridade – que, se fosse realizada, implicaria em salários de fome, sobretudo considerando que a economia dos países centrais é uma coleção de monopólios que sufocam todo o resto – era possível ou era desejável.

Pelo contrário, segundo ele, é necessário que alguns milhões estejam desempregados para que o sistema funcione.

Naturalmente, um sistema que precisa da fome permanente de milhões para funcionar, não merece funcionar – o melhor é que se arrume outro sistema.

Mas, enquanto isso, ouvem-se discussões – por exemplo, durante o governo Dilma – sobre qual seria a “taxa natural” de desemprego do Brasil, se seriam 4 milhões ou 6 milhões ou 10 milhões os trabalhadores que deveriam estar permanentemente sem emprego, para evitar a inflação – que, claro, só pode ser causada pelos altíssimos salários que os brasileiros recebem...

A “taxa natural de desemprego” de Friedman equivale a um genocídio.

Tomemos a seguinte possibilidade teórica: a “taxa natural” equivale a 10 milhões de desempregados.

Imaginemos que a sociedade siga a “ética” neoliberal, aquela recomendada pela senhora Ayn Rand – a de ninguém se preocupar com as outras pessoas.

Teríamos, então, dentro em breve, 10 milhões de mortos, mais os seus dependentes.

Mas, quando isso acontecesse, a taxa de desemprego seria zero, pois os desempregados, todos, teriam morrido.

Então, para que houvesse uma “taxa natural de desemprego”, seria necessário desempregar outros mais (quantos? 4 milhões? 6 milhões?).

Que também, com seus dependentes, morreriam de fome, etc., etc., etc.

Dentro em breve, a população deixaria de existir, até porque faltaria quem trabalhasse para os que não trabalham.

COMPENSAÇÕES

Esse raciocínio, leitor, não é uma sátira ao estilo de Jonathan Swift, que, em 1729, recomendou, para acabar com a fome na Irlanda, que as crianças miseráveis fossem transformadas em alimento.

Apenas levamos até às últimas consequências a teoria da “taxa natural de desemprego”. Friedman sabia perfeitamente onde sua “taxa” iria levar, se pudesse ser implementada com o devido rigor acadêmico.

Por isso, dedicou-se a elaborar “propostas compensatórias”, exatamente para não ser conseqüente com sua própria postulação – e mostrar seu sentimento humanitário por aqueles que foram esmagados pela própria política que recomendava.

Não era apenas uma lubrificação de sua política, para melhor introduzi-la, considerando que não é em todo lugar que aparece um Pinochet, de quem Friedman foi assessor.

Essas “medidas compen-

O neoliberalismo, em nome da liberdade, instala-se no Chile: bombardeio do Palácio Presidencial de La Moneda, 11 de setembro de 1973

satórias” tinham, também, outra função.

Afinal, sabe-se lá! Pode ser que esses pobres se revoltem e passem a guilhotinar economistas da Universidade de Chicago – o que seria algo muito desagradável.

Portanto, é bom prevenir essa possibilidade...

Assim, Friedman inventou a renda mínima – essa de que o então senador Sulpicy tornou-se um paladino – e o “imposto de renda negativo”.

Trata-se da economia do sopão, muito praticada pelo PT, nos 13 anos em que esteve no poder: abrem-se as cofres públicos para os bancos e outros monopólios, arrumam-se alguns amigos muito empreendedores (Eike, Odebrecht, etc.), embolsam-se propinas para deixar esses “amigos” rouba-rem a propriedade pública e o dinheiro público – e, para o povo mais miserável, dá-se os R\$ 70 por mês do Bolsa-família.

ENVOLTÓRIO

Vejam, agora, a embalagem em que Friedman apresenta suas brilhantes ideias.

Em seu livro “**Capitalismo e Liberdade**”, a conclusão possível é que o melhor caminho para atingir a liberdade é a escravidão.

Se o povo aceitar ser escravo, a liberdade estará garantida.

Por exemplo, diz Friedman: “*Como existe competição entre empregadores e empregados, não há razão para que os primeiros não tenham a liberdade de oferecer a estes as condições que preferirem*” (Milton Friedman, “**Capitalism and Freedom**”, The University of Chicago Press, 1982, p. 98).

Preferimos não fazer comentários. Será que eles são necessários?

“*O estabelecimento do cartel, por meio do aumento dos preços, torna mais atraente para outros tentar participar da indústria. Além disso, como o preço mais alto só pode ser estabelecido pelos participantes se eles restringem sua produção abaixo do nível em que gostariam de produzir ao preço estabelecido, há um incentivo a cada um em separado para baixar o preço e expandir a produção*” (Milton Friedman, **op. cit.**).

Está vendo, leitor, como o cartel, um acordo de monopólio para acabar com a concorrência, estimula a concorrência. Como a alta do preço, por efeito do monopólio, é um incentivo para baixar o preço?

Ah, sim: e como a contração da produção conduz à expansão da produção?

“*O Estado pode legislar um nível de salário mínimo. Mas, dificilmente, pode levar os empregadores a contratar por esse mínimo os que estavam empregados anteriormente com salários mais baixos. (...) O efeito do salário mínimo é, portanto, o de tornar o desemprego maior do que seria em outras circunstâncias*” (idem).

Deve ser porque o salário mínimo aumenta o desemprego, que os trabalhadores sempre foram a favor dele... (sem contar que o salário mínimo, se for para valer, implica na proibição de contratar por salário abaixo dele – sob pena de levar à cadeia quem se recuse a cumprir a lei; portanto, não existe a possibilidade dos empregadores não contratarem pelo mínimo, exceto se arriscando à prisão, o que não é difícil de acontecer, com milhões de trabalhadores atentos aos seus direitos).

Da mesma maneira, o melhor (aliás, o único) caminho para diminuir as desigualdades sociais é aumentá-las. Por exemplo:

“*Se tomarmos indivíduos*

os que possamos considerar como iguais em capacidade e recursos iniciais, veremos que alguns deles têm grande predileção por lazer e outros por mercadorias negociáveis; donde a desigualdade do retorno através do mercado é necessária para se alcançar as igualdades do retorno total ou de tratamento” (idem).

O outro exemplo de por que a desigualdade é necessária e benéfica, é ainda mais genial:

“*Considerem um grupo de indivíduos inicialmente nas mesmas condições e que concordam voluntariamente em participar de uma loteria com prêmios muito desiguais. A desigualdade de renda resultante é evidentemente necessária para permitir aos indivíduos em questão utilizar ao máximo sua igualdade inicial. A redistribuição da renda após o fato é o mesmo que negar-lhes a oportunidade de participar da loteria*” (idem).

A vida é uma loteria. Uns ganham e outros perdem. Por isso é que existem ricos e pobres...

Mas... e o sujeito que nasceu rico? Aquele que ganha dinheiro sem trabalhar, simplesmente usufruindo da herança?

Friedman, claro, não se esqueceu deles:

“*Existe maior justificativa ética para os altos retornos obtidos por um indivíduo que herdou de seus pais certo tipo de voz, pela qual há grande demanda, do que para os altos retornos obtidos por um indivíduo que herdou uma propriedade? Os filhos de um comissário russo têm certamente maior expectativa de renda – talvez também de liquidação – que o filho do camponês. Será este fato mais justificável do que a expectativa de renda maior do filho de um milionário americano?*” (idem).

Quando se equipara um “comissário russo” com um “milionário americano”, significa que a argumentação tem de recorrer a uma comparação absurda, simplesmente porque a própria argumentação é absurda.

Tão absurda quanto estabelecer uma suposta igualdade entre alguém que trabalha porque “herdou” um timbre de voz, com aquele que não trabalha, porque herdou uma fortuna – e somente para, com essa “igualdade”, justificar a desigualdade.

A inteligência de Friedman não vai além da inteligência média do fariseu norte-americano. Por exemplo, no mesmo livro:

“*A preservação e expansão da liberdade estão atualmente ameaçadas de duas direções. Uma das ameaças é óbvia e clara. É a ameaça externa vinda dos homens maus do Kremlin que prometem destruir-nos. A outra ameaça é bem mais sutil. É a ameaça interna vinda de homens de boas intenções e de boa vontade que nos desejam reformar. Impacientes com a lentidão da persuasão e do exemplo para levar às grandes reformas sociais que imaginam, estão ansiosos para usar o poder do Estado a fim de alcançar seus fins e confiantes em sua capacidade de fazê-lo*” (idem).

“Homens maus do Kremlin”?

Qual a diferença de Friedman para um casca grossa que fugiu da escola, como Ronald Reagan ou W. Bush?

Nenhuma.

Considerando que a grande argumentação de Friedman contra a Previdência pública é que esta obriga as pessoas a “gastar uma fração estabelecida de sua renda na compra de uma anuidade de aposentadoria” (parece até que a previdência privada é grátis...), Reagan parece mais inteligente.

Assim, a tentativa de Friedman de dar um envoltório “ético” ao neoliberalismo, apenas redundou na confissão de que ele é incompatível com qualquer ética, logo assim que se descobre que a “liberdade” defendida por ele é apenas a liberdade para que meia dúzia de parasitas financeiros escravizem toda a Humanidade.

Continua na próxima edição